



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 737 - DE 13 A 26 DE ABRIL DE 2025 - R\$ 5,00



A classe operária tem seu programa próprio para se defender e responder à decomposição do capitalismo

Governo Lula e a burguesia brasileira se mostram incapazes de reagir e combater o plano imperialista de Trump

Estão amadurecidas as condições objetivas para a defesa do programa da revolução social

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) diante da crise mundial e do plano intervencionista de Trump



Recrudescimento da guerra comercial

Objetivo principal do governo Trump se concentra no ataque à China

A classe operária tem seu programa próprio para se defender

Trump iniciou seu plano da guerra comercial elegendo, primeiramente, o México e o Canadá como vítimas da elevação das taxas de importação de seus produtos agrícolas, manufaturados e tecnológicos. Em seguida, lançou a taxaço do aço e alumínio, atingindo vários países, entre eles o Brasil. Em 2 de abril, apresentou a tabela das “tarifas recíprocas”, abrangendo 117 países. Ao lado da taxa geral de 10%, constam as taxas diferenciadas e mais altas. Nesse quadro, a administração Trump descarrega o maior peso tarifário nos países asiáticos, que estão intimamente vinculados à economia chinesa e à própria China - Camboja, Vietnã, Sri Lanka, Tailândia, China, Indonésia e Taiwan. A tarifa recíproca desses países vai de 49% a 32%, sendo a da China 34%. A União Europeia arcaria com 20%. Um rol de países, como a Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Reino Unido etc., responderiam por 10%.

Esse plano foi anunciado como base para negociações com os Estados Unidos. No início de março, Trump colocaria em vigor as primeiras taxaço e em abril acionaria a bateria das taxaço recíprocas, abrindo uma crise de proporções desconhecidas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Aguardou as reações dos aliados e dos adversários comerciais.

Os dois polos de maior capacidade de resistência são a União Europeia aliada e a China adversária. Trump passou a fazer o jogo do negociador tarimbado no uso de ameaças e chantagens. Submeteu inicialmente o México e procurou aliviar a resistência do Canadá. A União Europeia aprovou uma resposta retaliatória, mas foi a China que decretou a tarifa mais elevada às importações dos Estados Unidos e, politicamente, denunciou as medidas de Trump como um bombardeio à ordem mundial e, em especial, ao multilateralismo.

A tabela tarifária entraria em vigor no início de abril. Se fosse aplicada, estaria desencadeada a guerra comercial em toda a parte. Trump, porém, decidiu adiar por três meses, sob a alegação de que os países poderiam abrir negociações. Divulgou a notícia de que cerca de 50 países já haviam recorrido à procura de um entendimento com os Estados Unidos. A União Europeia respirou aliviada e suspendeu a “retaliação”.

Com essa manobra, a burguesia imperialista expôs a China como alvo aberto. Trump iniciou a tarifação contra a China com 10% e logo passou para 20%, 54%, 104% e, finalmente, totalizou 145%. A taxaço da China aos Estados Unidos se manteve em 84%.

Desde as promessas eleitorais de Trump de recorrer a medidas protecionistas, ficou claro que o alvo principal da guerra comercial era a China. A União Europeia, certamente, deve se ajustar a essa ofensiva e os países semicoloniais, por sua vez, têm de arcar com as consequências já que não têm força econômica e militar para responder aos ataques do imperialismo norte-americano.

Não se sabe ainda até que ponto as potências europeias terão êxito nas negociações. O Japão já se curvou em nome do entendimento. Vem ganhando força a tese de que antes de qualquer “retaliação”, os países devem cada um por si recorrer à diplomacia pacificadora. Como os ataques de Trump não incluíram a Rússia, que se acha envolvida na discussão de um acordo de “paz” na Ucrânia e que arca com as duras sanções

impostas por Biden, a China caminha sozinha em uma rota de colisão com os Estados Unidos. Trump colocou a espada de Dâmocles sobre a cabeça de Xi Jinping e diz que espera um gesto de boa vontade de seu adversário, para abrir negociações e, assim, romper o último elo de resistência à ofensiva econômica e comercial dos Estados Unidos, que necessitam descarregar sua crise interna sobre os demais países, principalmente os semicoloniais e a potente China.

O imperialismo norte-americano conta com a crescente dificuldade da China em manter o crescimento econômico e continuar se projetando internacionalmente. Caso consiga isolá-la, o governo chinês poderá ceder. A guerra comercial de Trump está dando apenas os seus primeiros passos.

A reação das potências atingidas, principalmente as europeias, e a apreensão de uma das frações burguesas norte-americanas deram os primeiros sinais dos obstáculos políticos com os quais os Republicanos se confrontam. A queda abrupta nas Bolsas de Valores, a corrida especulativa em torno aos títulos da dívida pública americana e a instabilidade do dólar expressam as tendências caóticas da economia mundial impulsionadas pela guerra comercial de Trump. Os analistas quase unanimemente avaliam que o esgarçamento das relações comerciais resultará em desequilíbrios internos aos Estados Unidos e provável recessão que repercutirá em todo mundo. Os Democratas permanecem à espera das repercussões negativas, mas não têm outra alternativa que não seja a de manter a guerra comercial com a China e sustentar o cerco da OTAN à Rússia. É sintomático que se iniciaram manifestações da pequena burguesia em várias capitais dos Estados Unidos.

Democratas e Republicanos não se diferenciam substancialmente quanto à diretriz de potenciar a escalada bélica. Um feito extraordinário nesse sentido foi o de desatar na União Europeia a decisão de elevar os gastos com a indústria bélica e dar início a um maior rearmamento após a Segunda Guerra. A guerra comercial está na base do militarismo imperialista e das guerras de dominação.

Trump não se limitou a pôr em prática um plano de guerra comercial. Faz parte desse plano as anexações, como explicitou em relação à Groenlândia, ao Canal do Panamá e mesmo ao Canadá. O chamado de “paz” à Ucrânia e à Rússia é uma das peças do plano mais geral de sobreposição dos interesses dos Estados Unidos sobre países e regiões que não se encontram totalmente sob seu controle. No Oriente Médio, Trump alimenta o genocídio do povo palestino, levado a cabo por Israel, e pretende controlar a Faixa de Gaza e submeter o Irã.

As tendências bélicas no Oriente Médio são impulsionadas como parte das tendências mundiais que correspondem à necessidade dos Estados Unidos e demais potências ditarem uma nova partilha do mundo. A Rússia e a China terão de ceder, ou se preparar para a guerra. A solução de Trump no caso da Ucrânia não é de pacificação, mas de anexação, partilha e saque.

Não é preciso ser marxista para reconhecer que a ordem mundial erigida depois da Segunda Guerra se desmorona em ritmo mais acelerado. Mas os analistas burgueses colocam esse reconhecimento a serviço de uma “nova ordem mundial”. O que é uma ilusão e uma fraude.

A derrocada do edifício montado desde os acordos Yalta e Potsdam advém das contradições históricas do capitalismo que levaram à Primeira e Segunda Guerras Mundiais. As forças produtivas altamente desenvolvidas se chocam com as relações capitalistas de produção e com as fronteiras dos Estados nacionais. A derrubada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o ingresso da China à ordem capitalista aliviaram conjunturalmente tais contradições estruturais. Para servirem ao poder dominante dos Estados Unidos e aliados, devem se submeter até a última gota de suor suas economias e seus trabalhadores. A guerra comercial de Trump e seus objetivos anexionistas são expressões dos Estados nacionais e da organização monopolista da produção que aprisionam e sufocam as forças produtivas mundiais.

Os acordos que Trump possa obter não reerguerão os Estados Unidos como potência que emergiu da Segunda Guerra. Em sua decadência, continuarão alimentando as tendências bélicas e se preparando para uma possível guerra com a China e a Rússia.

A vanguarda com consciência de classe que luta contra o capitalismo em decomposição não pode perder de vista essa

perspectiva histórica. A regressão sofrida pela classe operária causada pelas vitórias da contrarrevolução, sendo a liquidação da URSS a mais significativa, não deve obscurecer essa compreensão e retardar o combate pela superação da crise de direção. Objetivamente, está colocada a luta de classes no sentido da revolução social, que por seu conteúdo é proletária e internacionalista. As forças produtivas têm de ser libertadas das relações capitalistas de produção e das fronteiras nacionais. Essa transformação virá com a retomada das revoluções que abriram o curso da transição do capitalismo ao socialismo no século XX.

As experiências, o programa e a teoria que permitiram ao proletariado combater com seus métodos próprios e chegar a conquistar o poder, como na Revolução Russa, Chinesa e Cubana, estão vivos e prontos para serem encarnados pela vanguarda marxista-leninista-trotskista. O movimento ascendente dos explorados, certamente, se apoiará nas reivindicações mais elementares e se alçará à estratégia da revolução socialista. É por essa via que os trabalhadores e os povos oprimidos responderão à guerra comercial e à escalada bélica. É fundamental, nesse sentido, fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Incapacidade de o governo Lula reagir aos ataques de Trump

A taxaço do aço e de certos produtos agrários são a maior preocupação do governo Lula. A sua avaliação e de poderosos setores exportador, no entanto, é de que dos males que recaem sobre outros países o do Brasil não é o mais afetado. A tarifa média de 10% é a mais baixa de todas.

As autoridades e empresários brasileiros esperam negociar com Trump de forma a reduzir os impactos da guerra comercial que inevitavelmente será de ordem mundial. O argumento é de que a balança comercial dos Estados Unidos com o Brasil é superavitária. O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, está convencido que com boa diplomacia o governo brasileiro convencerá a administração Trump a fazer concessões. Os números já são favoráveis ao imperialismo norte-americano. Com “diálogo”, o Brasil mostrará que “dos dez produtos que os americanos mais exportam, oito a alíquota é zero e a tarifa média final de todos os produtos é 2,7%.”

De fato, os Estados Unidos obtiveram um superávit comercial com o Brasil de US\$ 283 milhões em 2024. Ocorre que depois da China, o mercado norte-americano é o maior consumidor de produtos do Brasil. Essa relação certamente está nos cálculos de Trump. Desde 2009, a China desbancou os Estados Unidos, tornando-se não só maior importador como também maior exportador. Cresceu enormemente a dependência da economia brasileira diante da China. Na condição de produtor de commodities, vinculou profundamente a agroindústria ao intercâmbio com o capital

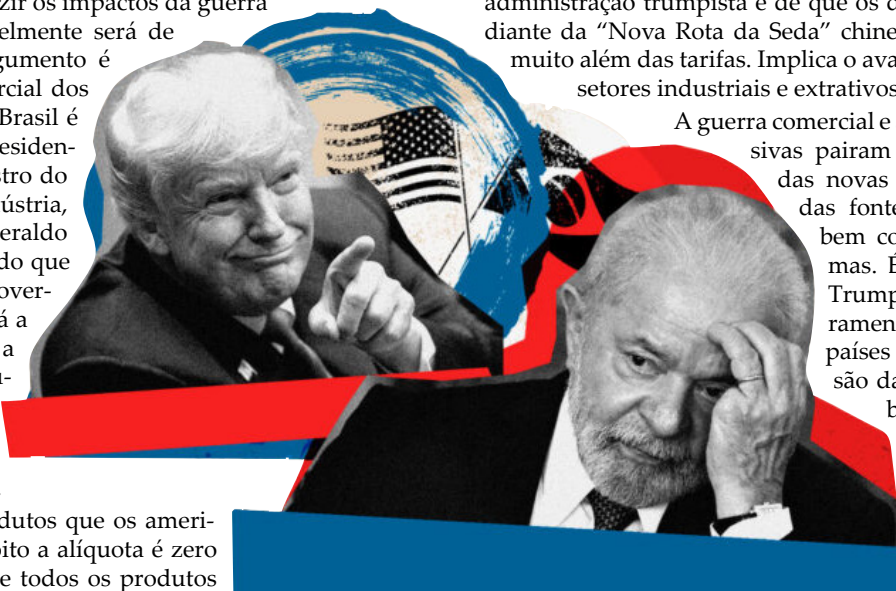
chinês. Por sua capacidade, o Brasil é fundamental para a projeção da China na América Latina. Basta ver sua penetração na Argentina, Chile, Peru, Bolívia e outros países latino-americanos.

O conflito dos americanos com o Panamá, que há muito esteve sob a guarda dos Estados Unidos, chegou ao ponto de Trump ameaçar ocupar militarmente o Canal do Panamá. A avaliação da administração trumpista é de que os democratas foram lenientes diante da “Nova Rota da Seda” chinesa. A questão, de fato, vai muito além das tarifas. Implica o avanço do capital chinês sobre setores industriais e extrativos.

A guerra comercial e a escalada bélica mais ofensivas pairam sobre o desenvolvimento das novas tecnologias e do controle das fontes minerais e energéticas, bem como sobre as rotas marítimas. É evidente que o plano de Trump aponta suas ações primeiramente para a China. Todos os países que favorecerem a ascensão da China e não auxiliarem a burguesia norte-americana a deter o declínio da hegemonia dos Estados Unidos serão pressionados a mudarem de posição e a se alinharem por detrás do objetivo da maior potência impe-

rialista de derrocar a China e submeter sua gigantesca economia aos ditames do capital financeiro e aos monopólios gerenciados desde o Estado norte-americano. Esse foi o objetivo fixado desde a década de 1970 quando o Partido Comunista Chinês e a burocracia governamental puseram em marcha seu plano de restauração capitalista e de inserção da China na órbita das relações mundiais do capitalismo constituídas após a Segunda Guerra.

O agigantamento econômico da China rigidamente controlado e protegido nacionalmente ocorreu em detrimento dos Estados



Unidos e das demais potências imperialistas. O entrelaçamento da economia chinesa com os países semicoloniais – a exemplo do que se observa na América Latina – se tornou intolerável para o imperialismo norte-americano, uma vez que passou a refletir o declínio de sua hegemonia. O Brasil se tornou uma ampla porta de entrada de capitais chineses, que começou com o comércio, cujo crescimento exponencial estabeleceu uma interdependência. Isso quando os Estados Unidos perdiam as históricas vantagens de seu predomínio absoluto na América Latina.

O governo Lula teve de retroceder em sua propensão a vincular o Brasil à Rota da Seda. Foi premido por se destacar no fortalecimento do Brics. E impedido de negociar a falida Avibras com a China. No momento, as montadoras norte-americanas, alemãs e francesas, sobretudo, pressionam Lula a levantar obstáculos ao ingresso da indústria chinesa de carros elétricos.

É nesse marco que Trump colocou o Brasil em sua lista de taxação, sabendo que os Estados Unidos são superavitários e que suas multinacionais enviam à suas matrizes uma boa parte de seus lucros obtidos com a superexploração da classe operária brasileira. O Estado, os governantes e a burguesia nacional ocultam os dados que comprovam o saque e as vantagens do capital financeiro e monopolista que se valem das potencialidades do Brasil.

A avaliação de que o Brasil não foi tão penalizado, que há espaço para negociações e que pode tirar vantagens da guerra comercial, valendo-se das dificuldades dos países atingidos, é uma infâmia da burguesia nacional e de seu governo serviçais. Essa mesma linha de submissão foi exposta na recente cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos. O palavreado sobre o livre comércio, o respeito ao ordenamento estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a consideração mútua entre as nações se dissolveu sem mais nem menos diante da imposição ditatorial dos Estados Unidos. Lula fez o papel de equilibrado e cheio de bom-senso, como esperava os capitalistas brasileiros que em última instância comandam o Estado nacional. Foi elogiado por resguardar a linha diplomática da negociação, que se fará de país a país, como estipulou a estratégia de Trump.

A tormenta desencadeada pelos Estados Unidos está apenas se formando. No horizonte, se configura grandes confrontos. A questão da guerra comercial e dos objetivos dos Estados Unidos de quebrar a economia da China para submetê-la deve ser posta pelo proletariado e demais explorados sob o conteúdo de classe da

confrontação intercapitalista. As massas vêm sofrendo ano a ano com as crises econômicas e com a decomposição geral do capitalismo. Nenhuma das variantes da política burguesa pode alterar o curso da confrontação escancarada pelo plano-Trump. Mas vão agir no sentido de canalizar a revolta dos explorados e bloquear a emergência do programa do proletariado.

As primeiras reações populares se fizeram presentes nos Estados Unidos, na Alemanha e na França. Indicam o curso da luta de classes, ainda que não tenham sido expressão política e organizativa do proletariado. Nos países semicoloniais, como os da América Latina, despontarão os germes da luta anti-imperialista e da defesa da economia nacional. Trata-se de combater desde já a subserviência das burguesias semicoloniais e as diretrizes dos governantes adaptadas à guerra comercial e ao objetivo dos Estados Unidos de desmorrar a economia da China para submetê-la.

Provavelmente, os explorados terão de reagir às consequências funestas dos choques mundiais que avultarão ainda mais as condições de rebaixamento do valor da força de trabalho, de recrudescimento da informalidade, da persistência das altas taxas de desemprego e do aumento da miséria e da fome. Os sindicatos se acham fortemente burocratizados, estatizados e comprometidos com a conciliação de classes, que, em última instância, implicam sujeitar a classe operária e os demais explorados aos desígnios dos capitalistas e, portanto, do imperialismo. É bem provável que essa contradição será revelada às massas no calor da luta de classes.

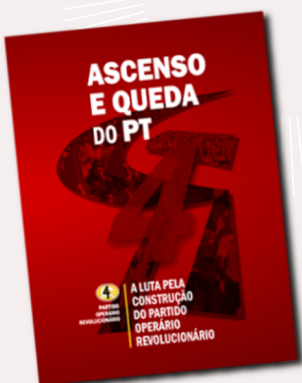
A vanguarda revolucionária tem em suas mãos a tarefa de combater a sujeição do governo Lula e da burguesia que guiam seus passos em meio ao ataque brutal dos Estados Unidos aos países semicoloniais e à China, procurando a via da conciliação com o imperialismo. Estão amadurecidas as condições objetivas para a defesa do programa da revolução social, ou seja, do programa de expropriação revolucionária do grande capital, estatização, controle operário da produção, monopólio do comércio exterior e estabelecimento da economia planificada.

A classe operária e os demais explorados confluirão com esse programa partindo da resistência aos ataques dos capitalistas às suas condições elementares de existência. Nesse terreno, se trava a luta pela libertação dos sindicatos, pela unidade dos trabalhadores e pela organização independente de todas as variantes da política burguesa e pequeno-burguesa.

35 anos construindo o partido-programa

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

ASCENSO E QUEDA DO PT



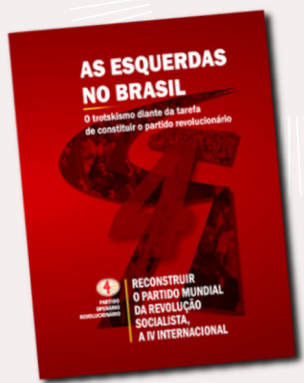
“Este livro, apesar de incompleto, contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxistas-leninistas-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro ‘Ascensão e queda do PT’ é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

23 de junho de 2016”

35 anos construindo o partido-programa

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

AS ESQUERDAS DO BRASIL



“Este livro, o quarto da sequência, reúne textos que datam desde 1988. Distinguem-se pela particularidade de travar a luta em defesa do programa, dos fundamentos marxistas, da política de independência de classe do proletariado e da concepção leninista do partido. Foram redigidos em situações concretas em que as correntes de esquerda se viram obrigadas a expor aspectos de sua fisionomia partidária.”



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Abril/2025

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Carta do Boletim Nossa Classe aos operários

Por um 1º de Maio classista e Internacionalista

O agravamento da situação econômica exige que o 1º de Maio seja de organização da classe operária e dos demais explorados para responder aos ataques dos governantes e para defender um programa próprio de reivindicações.

Estamos diante de duas guerras, uma na Ucrânia e outra na Faixa de Gaza, cujas consequências recaem sobre a maioria do povo pobre. O genocídio de palestinos é a prova mais cruel da barbárie capitalista, com o assassinato de 50 mil, sendo 70% de mulheres e crianças. Estamos diante de uma brutal ofensiva do governo Trump, por meio das altas tarifas, deportação em massa de imigrantes, anexação de países, perseguição aos lutadores, corte de recursos à educação e de outros benefícios sociais. Estamos diante de governantes no Brasil que vêm pondo fim ao que resta do patrimônio público pela via das privatizações, impondo as contrarreformas (trabalhista, previdenciária, terceirização), mantendo um salário mínimo de fome e reduzindo cada vez mais os direitos trabalhistas, como é o caso do Benefício da Progressão Continuada e Abono Salarial. O ultradireitista Tarcísio de Freitas foi eleito para continuar com a política de Bolsonaro. Mas Lula havia prometido revogar as contrarreformas, valorizar o salário mínimo e diminuir a fome e a miséria de milhões de brasileiros. Ao contrário, o que temos visto é um governo cada vez mais submetido à camarilha que controla o Congresso Nacional e de costas para as reais necessidades da maioria oprimida.

Está aí por que esse 1º de Maio deveria ser um dia para dar um BASTA a tudo isso. Deveria ser um dia verdadeiramente de luta pelos empregos, salários, direitos, pelo fim das contrarreformas

e das guerras de dominação, por uma paz sem anexação e pelo combate às medidas de Trump. No entanto, as direções sindicais não estão dispostas a organizar os explorados. Mentem quando anunciam que se trata de um 1º de Maio unificado. Na realidade, será a retomada do 1º de Maio dos sorteios. A Força Sindical e aliados estão empenhados na distribuição dos cupons para atrair os trabalhadores. A CUT não se opôs a esse 1º de Maio festivo e distracionista, e, por isso, assina a sua convocatória. Anuncia também que fará um 1º de Maio paralelo no ABC. No fundamental, a CUT mantém a essência do 1º de Maio da Força Sindical, de apoio aos governantes e aos patrões. Certamente, radicalizará nos discursos, e no dia seguinte retomará sua política de conciliação de classes.

O Boletim Nossa Classe rejeita os 1º de Maio das burocracias sindicais. Chama os trabalhadores a rechaçar os 1º de Maio distracionistas e festivos. E convoca os explorados ao 1º de Maio classista, independente dos governos e internacionalista, que ocorrerá como sempre na Praça da Sé, às 9:30 horas, local histórico dos 1º de Maio da classe operária. Trata-se de um 1º de Maio em defesa de um programa próprio de reivindicações e dos métodos de luta do proletariado. Um 1º de Maio pela redução da jornada sem redução dos salários, pelo salário mínimo vital (necessário para manter a família trabalhadora), pela revogação das contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula e pelo fim das privatizações das ferrovias, metrô, escolas, portos e estradas. Um 1º de Maio de combate ao capitalismo e em defesa do socialismo.

Vamos juntos ao 1º de Maio classista, independente dos governos e dos patrões e internacionalista!

Não aos empréstimos bancários! Isso só faz aumentar o endividamento da população!

Lutemos por um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora!

Com o objetivo de ajudar os bancos, o governo Lula em seu primeiro mandato, em 2003, criou o empréstimo consignado, que endividou e comprometeu o salário dos aposentados. Através dos empréstimos, os bancos estão lucrando bilhões e ficando com grande parte do salário dos aposentados. Um estudo da Confederação Nacional do Comércio mostrou que o endividamento das famílias no Brasil chegou a 77% em 2024. Outra pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito estima um total de 4,3 milhões de idosos com o nome registrado em serviço de proteção ao crédito. E que

35 anos construindo o partido-programa

 **POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL

"Este livro forma uma trilogia com os dois anteriores – 'Ascenso e Queda do PT' e 'As Esquerdas no Brasil'. Cobre os acontecimentos posteriores ao impeachment de Dilma Rousseff. Em fevereiro de 2017, vimos a necessidade de caracterizar com precisão o governo Temer, até então denominado apenas de governo golpista. (...) O golpe institucional, no Brasil, esteve rigorosamente determinado pela necessidade da burguesia nacional e do imperialismo de implantar as reformas antinacionais e antipopulares."

**DO GOLPE DE ESTADO
À DITADURA CIVIL**
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA
OLIGÁRQUICA NO BRASIL

**EXPERIÊNCIA COM O PROGRAMA
DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA,
AS TENDÊNCIAS ANTIDEMOCRÁTICAS
E DITATORIAIS DA BURGUESIA
NACIONAL**

47,26% das dívidas dos trabalhadores e aposentados são com os bancos através de empréstimos e do cartão de crédito.

Por que aumentou o endividamento? O endividamento da população tem aumentado principalmente por causa dos baixos salários. 35% dos trabalhadores e 70% dos aposentados recebem um salário mínimo miserável de R\$1.518,00. O preço dos alimentos, da água, energia, aluguel não para de subir. Como o salário não é suficiente para manter as necessidades básicas das famílias, os trabalhadores e aposentados terminam fazendo empréstimos para comprar alimentos e outros bens necessários para viver.

O pior é que o Lula ainda tenta vender como algo positivo, um novo acordo do governo com os bancos, que permite aos trabalha-

dores do setor privado, CLT, fazerem empréstimos consignados, ou seja, se endividarem e comprometer parte de seu salário, como aconteceu com os aposentados. O governo em vez de pagar um salário mínimo vital e uma aposentadoria, que seja suficiente para que os trabalhadores e aposentados possam manter suas famílias, faz o contrário, está ajudando os bancos a aumentarem seus lucros.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral para lutar por um salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste (conforme aumenta os preços, o salário é reajustado automaticamente) e redução da jornada sem redução dos salários, para que haja emprego a todos.

Formação política do Nossa Classe

O 1º de Maio e a luta em defesa da Revolução e Ditadura Proletárias

O que é a ditadura do proletariado?

Não existe democracia em geral. No capitalismo, a tão exaltada democracia burguesa significa na verdade a ditadura de classe de uma minoria (patrões), sobre a classe operária e demais explorados, que são a maioria. O Estado, com seu exército, polícias, Tribunais, Justiça e governantes são defensores da propriedade privada e da dominação burguesa. A forma como a burguesia exerce sua ditadura de classe varia, hora através do parlamento burguês, outra, através dos golpes e dos governos militares.

O Boletim Nossa Classe/POR combate a ditadura militar, os governos de ultradireita, como de Bolsonaro, bem como a democracia burguesa. Isso porque são formas de governos que preservam a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada.

O Boletim Nossa Classe defende o fim do capitalismo, portanto da ditadura da minoria. No entanto, para pôr fim ao capitalismo é

preciso defender a revolução social e a constituição de um governo operário e camponês, que imporá a ditadura da maioria sobre a minoria. O Estado operário (ditadura do proletariado) transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, e a riqueza produzida coletivamente pelo proletariado (assalariados), será distribuída para a maioria que a produziu. A ditadura do proletariado significará democracia para a maioria explorada, impedirá a burguesia de retornar ao poder e preparará o caminho para a construção de uma sociedade sem classes, sem explorados, nem exploradores, uma sociedade socialista, de transição ao comunismo.

Neste 1º de Maio, o Boletim Nossa Classe chama os explorados a participarem do ato que será realizado na Praça da Sé, às 9:30 horas. Um 1º de Maio Operário, Internacionalista e Socialista. Um 1º de Maio independente dos patrões, do Estado e dos governos burgueses.

São José dos Campos

Trabalhadores da Avibras seguem desempregados e sem salários

Chega de enrolação! Chega de ficar implorando aos governos que resolvam o problema. Fábrica fechada é fábrica ocupada!

O sindicato deve defender a ocupação da fábrica e colocá-la para funcionar sob o controle dos operários. Lutar pela estatização da Avibras, sem indenização aos patrões. Que o Estado pague os salários e todos os direitos garantidos na Convenção Coletiva aos trabalhadores.

A postura conciliadora da direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos aprofunda a situação de miséria dos 900 trabalhadores da Avibras, que há 23 meses estão sem receber os salários. A direção sindical, ligada à CSP-Conlutas, participou no dia 18 de março de uma assembleia de credores da Avibras, que foi suspensa. Durante a assembleia, representantes da Avibras afirmaram também que um primeiro aporte da Black Storm teria sido usado para a retomada de benefícios dos trabalhadores, como a cesta básica e o convênio odontológico. Ainda de acordo com a empresa, há possibilidade de um novo aporte. O prazo para o desfecho dessa negociação, também segundo a Avibras, é o fim de abril. Seguem as ilusões de que a compra da empresa pela saudita Black Storm Military Industries solucionaria o problema dos tra-

balhadores. Falso! Isso significa apenas trocar um patrão explorador por outro.

De forma distracionista, a burocracia sindical vem a mais de dois anos iludindo os operários com a possibilidade do governo burguês de Lula estatizar a fábrica. Diante da gravidade da situação dos trabalhadores da Avibras, é tarefa do Sindicato Metalúrgico organizar a luta através de seus métodos próprios de luta, que são a greve, a ocupação imediata da fábrica, o controle operário da produção e a luta pela estatização, sem indenização. Exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos e direitos dos operários da Avibras, do salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora, que segundo o DIEESE deveria ser de R\$7.398,94.

O Boletim Nossa Classe tem feito uma campanha contra a burocratização das direções sindicais, no sentido de recuperar os sindicatos para a defesa dos interesses dos operários e demais explorados. E tem lutado pela constituição das comissões de fábrica de luta, independentes, classistas e revolucionárias.

São Paulo

Realizada a assembleia da Campanha Salarial com os trabalhadores da Pepsico

Inicia com a pauta rebaixada e governista

No dia 8 de abril, realizou-se na planta da Pepsico, em Itaquera, uma assembleia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo (STILASP). A data-base do setor é 1º de Maio. No dia 15/04, será realizada a assembleia no sindicato para a montagem de uma pauta de reivindicações. A burocracia sindical apresentou uma lista de reivindicações, que trouxeram pronta para a referida assembleia e após a leitura da mesma, solicitou aos trabalhadores do turno da manhã e da noite que, artificialmente, votassem um plano que também já estava pronto. Nesse sentido, não se tratou propriamente de uma assembleia, mas sim de um comunicado de uma pauta, que nas entrelinhas tem objetivos estranhos ao interesse da classe operária. Ou seja, trata-se de uma lista de reivindicações, contendo um tom fortemente conciliador com a patronal, portanto, de traição aos operários da Pepsico e de todo o setor de laticínios e alimentação.

O burocrata sindical iniciou enaltecendo a greve que os operários e operárias da Pepsico realizaram para impedir a implantação da escala 6x2 em 2024. Greve que foi bancada pelos próprios trabalhadores, já que a burocracia não queria a greve e no final assinou o acordo sem colocar em votação a proposta na assembleia, dizendo que havia sido uma grande vitória. Como se fosse uma grande vitória os trabalhadores terem um sábado de folga por mês ao custo de pagarem 20 minutos diários. Enfatizou que a luta continua, porque o projeto pelo fim dessa escala perniciosa está tramitando no Congresso Nacional, demonstrando sua política de conciliação e traição, uma vez que o Congresso é o terreno de disputas da burguesia, terreno dentro do qual a classe operária e os trabalhadores em geral têm acumulado derrotas frequentes, a exemplo das contrarreformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização, arcabouço fiscal, privatizações etc.

No geral, as reivindicações são meros remendos à situação de penúria crescente que assola os trabalhadores. Nessa lista de reivindicações, é possível ver o grau de alinhamento dos sindicatos com a patronal. As reivindicações de aumento salarial, reajuste do piso, refeitório VR (vale refeição), reajuste do VA (cesta básica) para 842,00 e o desjejum de R\$ 20,00 diários ganham destaque no palavreado da direção, entretanto falseiam a realidade, uma vez que o problema do alto custo da alimentação e a consequente dificuldade da maioria em comprar esses alimentos está intimamente relacionado aos baixos salários. A lista de reivindicações toca ainda em outros pontos como a PLR, manutenção da entidade sindical através da contribuição assistencial, licença remunerada para a direção sindical, material escolar, auxílio creche, assistência médica e odontológica, adicional noturno de 45%, troca do vale transporte pelo vale combustível entre outras reivindicações.

O Boletim Nossa Classe afirma que a defesa dessa pauta tem um tom conciliador, porque não defende a luta pelas reivindicações vitais que garantam a vida da classe operária, uma vez que a resposta a esses problemas está na defesa de um salário mínimo vital. A direção sindical ao defender a sua lista de reivindicações de migalhas, esconde que a situação de pobreza dos trabalhadores deve ser respondida com a defesa do salário mínimo vital (hoje de R\$7.398,94 para o mês de março de 2025 segundo o DIEESE) e a escala móvel de reajustes dos salários de acordo com o aumento do custo de vida. Essas reivindicações só serão conquistas enfrentando os patrões. Ou seja, com nossos próprios métodos de luta, que são a greve, a ocupação de fábricas, o piquete, o fechamento de ruas e avenidas.

O sindicato foi criado para defender os empregos, salários e direitos

Chama atenção uma das reivindicações que compunha a lista do Sindicato que está citado como “Outplacement”, um execrável programa de recolocação profissional que “ajuda” os trabalhadores demitidos a encontrar novas oportunidades no mercado de trabalho. Chama atenção o fato de que o sindicato, ao defender essa proposta, demonstra sua face traidora, porque o papel do sindicato deve ser o de organizar a luta contra as demissões, defender a estabilidade no emprego, garantindo que os capitalistas não possam jogar os operários no olho da rua. Jamais o sindicato pode reivindicar da empresa a capacitação dos trabalhadores que ela condena ao desemprego. De que valerá ao trabalhador um curso pós demissão, se ele está desempregado e sem condições de manter a sua vida e de sua família?

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Pepsico e demais fábricas a defenderem o seu próprio programa de reivindicações, independente de patrões e burocratas do sindicato. É mais do que urgente a defesa de um programa revolucionário como resposta ao aprofundamento da miséria. Por uma campanha salarial que lute por um salário mínimo vital, capaz de manter uma família de quatro pessoas no valor de R\$7.398,94 (cálculo do Dieese para o mês de março), pela escala móvel de reajuste; pela escala móvel das horas de trabalho como garantia de emprego a todos; pela defesa da estabilidade no emprego e não esse vergonhoso “outplacement”.

Por um Dia Nacional de Luta, como preparação para a greve geral! Por um 1º de Maio classista, internacionalista, revolucionário, independente dos patrões, do Estado e dos governos burgueses.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Resposta às perguntas dos operários ao Boletim Nossa Classe

Durante a distribuição do Boletim, foi feita a pergunta aos operários: por que o salário não acompanha o aumento dos preços dos alimentos? Surgiram várias respostas: 1) porque quem manda é o patrão e é ele quem paga o salário; 2) porque o patrão nos explora; 3) porque o sindicato é fraco.

O militante explicou que o patrão explora a força de trabalho e devolve aos operários uma pequena parte do que foi produzido, que é o salário. É o que se chama de mais-valia. Aproveitou para mostrar a nota do Boletim que explica o que é mais-valia, dizendo que a mais-valia é o tempo de trabalho não pago pelo patrão. E que a tarefa de uma direção sindical é defender o salário capaz de manter a família trabalhadora. Mas o que estamos vendo aqui é que

a direção do sindicato não organiza os operários para enfrentar o patrão. Não convoca assembleias para realizar uma verdadeira campanha salarial para repor as perdas salariais.

Concluiu dizendo que os operários têm uma resposta para a pergunta, que é a defesa da escala móvel do reajuste. Ou seja, aumentou o custo de vida, os salários deverão ser corrigidos automaticamente. No entanto, é preciso que os operários se esforcem para constituir as comissões de fábrica, independentes do patrão, para iniciar a luta coletiva de recuperação dos sindicatos, para ser um organismo de defesa das reivindicações dos trabalhadores, entre elas, um salário mínimo vital, capaz de manter a nossa família.

São Paulo - ABC

Borracheiros exemplificam mais-valia na Bridgestone

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone, em Santo André, chamamos a atenção dos operários sobre “O que é a mais-valia?”, incentivando-os a lerem o box no Boletim. Após ler o box, um operário concordou, e exemplificou que produz berços com 4 pneus, em que cada pneu (tipo caminhão) custa cerca de R\$3.500, de maneira que cada berço contém um valor (R\$14.000) equivalente a vários meses do seu salário. Outro operário complementou a informação, explicando que uma equipe de três trabalhadores responsáveis pela operação de uma máquina produz diariamente cerca de 100 pneus durante uma jornada de trabalho de aproximadamente 7h. Esses números variam a depender de fatores como o tipo de pneu, mas se considerarmos que a fábrica possui centenas de operários e que, em geral, um único berço

é suficiente para pagar o salário mensal de três operários, os quais produzem cerca de 25 berços em um único dia de trabalho, ainda que se considere os diversos custos, tem-se uma dimensão da lucratividade da patronal. Os operários sabem disso, e afirmaram que “se for pensar o quanto o patrão leva, a gente não trabalha”.

Ao mesmo tempo que exemplificou o grau de exploração, alienação e atraso da classe operária, a conversa mostrou a importância do trabalho operário sistemático, por meio da distribuição do Boletim Nossa Classe, fundamental para avançar na consciência e organização da classe operária, superar as direções colaboracionistas e erguer uma direção classista e revolucionária disposta a sepultar o capitalismo.

Ceará

Entregadores de aplicativo realizam mobilização nacional

Todo apoio à luta dos trabalhadores de aplicativo!

Os entregadores de aplicativo deflagraram um breque nacional nos dias 31 de março e 1 de abril, reivindicando reajuste na taxa mínima de entrega de R\$6,50 para R\$10,00 e aumento no valor do quilômetro rodado, de R\$1,50 para R\$2,50, além da redução da corrida dos ciclistas para, no máximo, 3 km. Mas, como esperado, tiveram uma dura resposta do IFood, 99, Uber e demais aplicativos: não!

Numa nota enviada à imprensa, o Ifood enrola e diz que estão “atentos ao cenário econômico e estudando a viabilidade de um reajuste para 2025”. No mesmo texto, argumenta que de 2022 a 2023 houve reajuste da taxa de entrega (de R\$5,00 para R\$6,50) e aumento do valor da quilometragem rodada (R\$1,00 para R\$1,50). Na verdade, o que se mostrou é que, para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, esse “reajuste” imposto pelo IFood é insignificante. Compara-se ao salário mínimo de miséria do governo Lula. Por isso, os entregadores prometeram novas mobilizações contra as empresas.

Os entregadores têm dado exemplo de ação direta. Em algumas capitais, houve bloqueio de avenidas, por exemplo, e em outras, os motoqueiros realizaram motociatas que rodaram as cidades. Em Osasco, manifestaram-se em frente à sede do Ifood. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo (Abrasel-SP) já reclamou ao IFood de quedas de 100% nas entregas, mostrando o potencial do movimento, se continuar a ser feito pelos métodos da luta de classes.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Falta aos entregadores ampliar o movimento com a adesão popular. As paralisações dos dias 31 e 01 não tiveram a presença de nenhuma organização política nem sindical. Isso não se deve apenas à omissão das burocracias sindicais, mas também à despolitização do movimento. Os entregadores, desiludidos com o oportunismo dos partidos e governos burgueses, opuseram-se à presença da vanguarda, porque ainda não conheceram um partido revolucionário, que direcione os trabalhadores à independência de classe diante dos capitalistas.

O POR defende incondicionalmente as reivindicações dos trabalhadores de aplicativo; que sejam efetivados no trabalho, com salário mínimo vital e todos os direitos trabalhistas; e, além disso, conclama-os para que pressionem as centrais e sindicatos para que convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos salários, empregos e direitos, utilizando os métodos de combate do proletariado.

Minas Gerais

Greve na Fundição Sideral

Em Minas Gerais, na cidade de Itaúna, que fica a cerca de 100km de Belo Horizonte, os trabalhadores da fundição Sideral, que tem uma filial na cidade de Pitangui, próxima de Itaúna, fizeram uma forte greve, de seis dias. Na pauta, um reajuste de 20% nos salários, que variam entre R\$1.700 e R\$2.500, dependendo da função, aumento no ticket, que passaria para R\$1.000, melhoria na segurança do trabalho, pois houve mortes na fábrica, aumento na PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e mudança na assiduidade (hoje quem precisa faltar, mesmo por doença, perde o direito à cesta básica). Os operários pedem também a construção de um refeitório, pois só há na unidade de Pitangui.

Enquanto os operários faziam a greve e chamavam a direção da empresa para negociar, essa simplesmente se recusou a sentar à mesa. E a intransigência da patronal não se limitou a essa atitude antidemocrática, cortou a cesta básica, considerando os trabalhadores em greve como faltosos, cortou o ticket e a única proposta apresentada foi um abono de R\$300 até o refeitório ficar pronto. Em assembleia, os trabalhadores recusaram essa proposta e continuaram a greve.

A direção do sindicato articulou com a direção da sede em Pitangui a unificação da luta, ampliando as reivindicações para as duas unidades da Sideral, pois a direção da empresa, para suprir a produção, que estava parada em Itaúna, exigiu hora-extra de seus trabalhadores na sede de Pitangui. No entanto, estes se recusaram a fazer hora-extra, em solidariedade à greve da sede de Itaúna.

A direção da fundição, então, chamou a polícia, impedindo que a direção do sindicato fizesse o trabalho de mobilização e explicação junto aos operários. Além disso, tem se recusado a participar das negociações no TRT. Cabe ressaltar que nesse aparato de repressão do Estado burguês, o TRT, quando uma das partes



se recusa a negociar, é comum o juiz alegar não poder fazer nada.

Diante das ameaças de demissão e dos cortes do ticket e da cesta, os trabalhadores decidiram em assembleia suspender a greve e organizar uma ação conjunta das duas sedes da fundição Sideral.

O POR está junto aos trabalhadores, se solidarizando e apoiando o combate da classe operária, que demonstra disposição de luta. O partido tem defendido a necessidade de unificar as lutas, não só das duas sedes da fundição Sideral, mas de todos os trabalhadores, porque esse é o caminho para quebrar a intransigência da patronal e conquistar as reivindicações. Agora, é fundamental que os operários façam o balanço do movimento, tendo em vista a necessidade de preparar a próxima mobilização, que deve ser ainda mais forte.



São Paulo

Plenária da frente contra escala 6x1 é condicionada por interesses particulares

No dia 29 de abril, ocorreu a primeira plenária municipal contra a escala 6x1. Criada inicialmente em âmbito nacional e encabeçada por PSTU e PCBR, a frente se opõe ao burocratismo do VAT (Vida Além do Trabalho), que busca, de forma autoritária e estranha aos métodos dos trabalhadores, a hegemonia do movimento contra a

escala 6x1 e que tem canalizado a insatisfação popular para a via parlamentar através do PSOL, em especial na figura da deputada federal Erika Hilton e do vereador do Rio de Janeiro Rick Azevedo.

Com o objetivo de organizar a luta nas ruas, o principal ponto da plenária foi o debate sobre a convocação e participação no Dia

do Trabalhador, 1º de Maio. Nas intervenções, todos os presentes defenderam a unidade dos explorados. O que à primeira vista parece um acordo geral, se desfaz na prática ao encaminhar as propostas. O POR interveio defendendo o ato na Praça da Sé, pois se trata do ato histórico das lutas dos trabalhadores e o que expressa a iniciativa de unidade classista e internacionalista, como diz seu próprio lema “independente de governos e patrões”. Mas, outras duas propostas foram colocadas: participar do ato na avenida Paulista, defendida por PSTU, PCBR e MRT; e organizar pela manhã o ato no largo do São Bento com o tema da escala 6x1 e depois passar pelos ato da Sé e da Paulista, defendida pela OCI.

A justificativa do PSTU para não se incorporar ao ato da Praça da Sé é a de que nele “cabem os governistas”. Mas se essa avaliação fosse séria, teria de explicar porque manda “uma representação” e participa das reuniões de organização. Qual foi a disputa da linha política desse ato feita pelo PSTU? Precisaria explicar, mas não pode, pois não fez essa disputa, já que suas forças estão voltadas



Participe do
ENCONTRO

OPERÁRIO

26/4 • 17h
Presencial

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

ao ato da avenida Paulista. Ao mesmo tempo diz que as bases dos trabalhadores não vão para esse ato, que é um ato de vanguarda, então sua representação não tem o objetivo de disputar as bases. Diz que “cabe os governistas”, mas faz uma participação simbólica e abdica de fazer a luta política pela unidade, que diz defender. Essa retórica é a do esquerdismo oportunista. A realidade é que o PSTU não tem o controle do aparato do ato da Sé, então constrói um ato que melhor sirva aos seus interesses partidários e sindicais, não ao que melhor serve a linha política da unidade dos explorados contra os ataques dos governos e em defesa das reivindicações. No fim, PCBR e MRT seguem a mesma linha. O problema se torna ainda maior quando esse ato convocado pela Conlutas/PSTU, que em outros anos foi em um horário diferente do tradicional ato na Praça da Sé, neste ano de 2025, será no mesmo horário, materializando a divisão.

A proposta da OCI é a do oportunismo mais descarado. Em vez de aproveitarem o apelo que tem junto aos trabalhadores a bandeira contra a escala 6x1, para projetar a luta de classes e combater os governos, erguendo a defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, acabam buscando projetá-la isoladamente no 1º de Maio e assim defender seus interesses de construção partidária em oposição à necessidade da unidade dos trabalhadores contra os ataques dos governos e o combate às burocracias sindicais, que são o grande freio à luta de classes. A ideia de que é possível participar de todos os atos é absurda e traz consigo a falsa ideia de que a unidade na luta é a soma das lutas isoladas.

O POR participou da plenária porque avalia que é importante projetar a luta contra a escala 6x1 nas ruas e combater o desvio parlamentar. Temos acordo com a orientação geral da plenária da independência frente aos governos, do apoio e iniciativas de projeção das lutas, da forma de organização através das plenárias e comitês e de exigir dos sindicatos que convoquem a luta. Porém, essa orientação geral da frente está condicionada pelos interesses particulares das correntes que a dirigem. A aprovação por meio do voto da convocação do 1º de Maio na avenida Paulista mostrou esse limite e impôs ao POR a impossibilidade de participar das atividades ligadas a essa convocação devido ao seu caráter divisionista. Temos claro que sem um movimento de base que sustente a frente e com a manutenção da sobreposição dos interesses particulares sobre a necessidade de avançar a luta de classes essa frente não poderá superar seu caráter superestrutural e se consolidar encabeçando um movimento de massa.

Pernambuco

Eleição do Sindicato dos Metroviários de Recife

No mês de abril, ocorreram as eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Metroviários de Recife. Houve a reeleição da situação (PCdoB), do presidente Luiz Soares, que em fevereiro também foi eleito como presidente da Federação Nacional dos Metroviários (FENAMETRO). Disputaram: Chapa 1 (PCdoB), que obteve 55,62% dos votos e Chapa 2 (divisão da diretoria anterior, hegemonizada pelo PT, com apoio do PSTU/CSP-Conlutas), com 44,38% dos votos.

Os metroviários enfrentam o violento processo de privatização. Seguindo uma tendência nacional de sucateamento dos serviços públicos, Recife é a próxima capital selecionada para a desestatização do transporte sob trilhos. A situação não é recente. Teve início em 2019, no governo Bolsonaro, quando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) propôs a inclusão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) no Plano Nacional de Desestatização (PND). No mesmo ano, a proposta foi aceita e os primeiros estudos de concessão pública do metrô tiveram início. Na época, o diálogo teve participação e apoio do governo de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB). A proposta passou a ser revisada pelo BNDES em 2023, no governo Lula.

Nenhuma ilusão na privatização! Nenhuma ilusão no governo Lula! Responder à privatização com métodos próprios de luta!

Não devemos cair na armadilha. A privatização intensificará o sucateamento do transporte, aumentará as tarifas e cortará os recursos, atingindo os salários, benefícios e os próprios contratos.

A privatização é uma arma de todos os governos burgueses, que têm como único objetivo atender aos interesses capitalistas. A atual governadora de PE, Raquel Lyra (que recentemente saiu do PSDB para o PSD), afirmou que os últimos ajustes estão sendo conversados, com o valor estipulado de subsídio público de R\$180 milhões, podendo chegar a R\$200 milhões.

Provando, mais uma vez, ser um governo de continuidade dos interesses burgueses, Lula não apenas manteve o planejamento de privatização, como o acelerou. Hoje, o projeto se prepara para avançar para consulta pública e, no início de 2026, ser leiloado. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais enfren-

taram a mesma situação. Em Belo Horizonte, o metrô foi leiloado e passou a funcionar sob controle do setor privado em 2023; até o momento, aproximadamente 1.500 funcionários foram demitidos e a tarifa subiu de R\$4,30 para R\$5,30. No Rio de Janeiro, o metrô foi concedido a uma empresa privada com sede no Japão por 30 anos, porém, devido ao excesso de falhas, o encerramento do contrato pode ocorrer ainda este ano.

A Política do PCdoB fortalece as ilusões no governo Lula, que avança com a privatização! Por uma fração classista e revolucionária dos metroviários!

A política do PCdoB para o sindicato fortalece a ilusão no governo e fragiliza a categoria, que deveria se organizar contra o avançado processo de privatização e sucateamento do transporte público. O PCdoB defendeu o Acordo Coletivo Especial (assinado em novembro de 2024), sob a promessa de ser a forma de proteger os metroviários das demissões, caso a CBTU deixe de operar. Mas, a “proteção” é somente até 2026, justamente o ano em que o governo planeja concluir a venda e privatização do metrô.

O Acordo Coletivo Especial é uma carta branca para que a privatização avance. Busca conter a organização dos trabalhadores, as greves e silenciar as exigências. Dia 1º de Maio é a data limite para que um reajuste correspondente a 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), entre maio de 2024 a abril de 2025, seja entregue aos metroviários. Porém, por causa da eleição do sindicato, a luta pelo reajuste ficou para depois. Ou seja, as eleições ocorreram como mera disputa pelo aparelho e não como forma de fortalecer a categoria na luta em defesa do salário e contra a privatização.

Rio Grande do Norte

Balanço da greve do magistério estadual

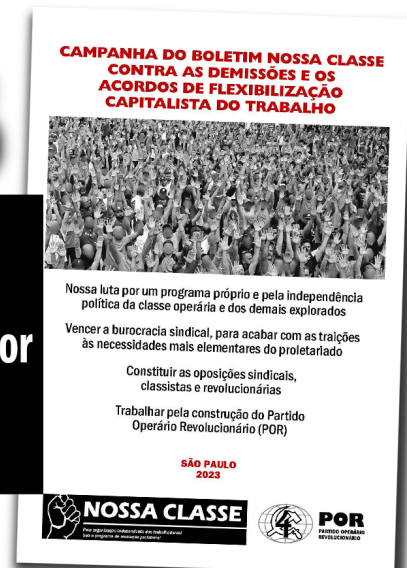
Novamente, os professores do estado tiveram de recorrer ao método grevista para fazer valer os seus direitos já previstos em Lei. A posição inicial do governo Fátima (PT/MDB), de que não repassaria o Piso na carreira, mas apenas para uma minoria de professores de início de carreira, que estão recebendo abaixo do Piso, desencadeou a revolta na categoria. A isso se somou a insatisfação com a suspensão do pagamento dos retroativos de 2023 e 2024, e o não pagamento do 13º e terço de férias dos temporários.

Após a paralisação e assembleia, no dia 11 de fevereiro, em que foi aprovada um indicativo de greve para o dia 19, o governo Fátima (PT/MDB), tentando evitar a greve, apresentou uma primeira proposta de parcelamento do Piso na Carreira, com 2% em março e 4,27%, sendo que teria de passar pelo aval do Ministério Público (MPRN). A categoria, tendo passado por uma dura experiência de descumprimento de parcelamentos, rechaçou a proposta do governo e aprovou a integralidade do Piso, reivindicando 6,27% em março, e retroativo.

Ao longo da greve, ficou claro para o magistério que o governo Fátima estava se escondendo por trás do Ministério Público, usando essa desculpa como motivo para não repassar o Piso de 2025, nem o retroativo. Desde o início, estava claro que não havia nenhum impedimento legal ou judicial para o repasse do Piso de 2025. Com isso, a categoria passou a rechaçar as tentativas do governo de trazer o Ministério Público para as mesas de negociação, reforçando a reivindicação do repasse imediato e integral do reajuste do Piso de 6,27% em março, com retroativo.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:**



O sindicato, que deveria ser um meio de organização, é mais um instrumento nas mãos da burguesia. Somente através de uma luta classista, por meio da defesa das reivindicações dos explorados, expulsando os dirigentes traidores, recuperando por completo os sindicatos, os trabalhadores travarão a luta pelo fim à exploração capitalista. É urgente a construção de uma oposição classista e revolucionária dos metroviários. Que defenda os métodos próprios de organização e luta da classe operária. Que atue pela unidade dos metroviários com outras categorias. Por assembleias e plenárias unificadas para constituição de comitês de base. Que exija das centrais e sindicatos a construção de um Dia Nacional de Luta contra a privatização, pela revogação das contrarreformas, em defesa dos empregos, salários e direitos.

A decisão do Ministro do STF, Edson Fachin, que cassou a liminar concedida pelo TJRN ao Ministério Público, confirmou o que toda a categoria sabia: que não havia impedimento para o repasse do Piso 2025. Após essa decisão, a governadora passou a utilizar da desculpa de que o estado não tinha dinheiro para pagar o Piso integral e nem o retroativo. Mesmo com a educação básica tendo como principal financiamento a verba federal do Fundeb, o governo Fátima manteve firme sua posição de descarregar a crise do estado sobre os ombros do magistério.

Toda essa subserviência do governo ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça e às leis de austeridade fiscal só revela o caráter burguês do governo Fátima (PT/MDB), que se elegeu sobre os ombros da oligarquia Alves, estando com as mãos amarradas com as oligarquias para governar a serviço da burguesia do estado.

O papel da direção governista do Sinte-RN (PT) de freio da luta

A direção do Sinte-RN (PT) atuou por meio de manobras para evitar que a greve pudesse expressar todo o seu potencial de luta. Desde antes da greve, tentou adiar ao máximo o seu início.

Em outros anos, a direção do Sinte-RN já chegou a chamar as assembleias para discutir a greve no mês de janeiro, com o objetivo

de não iniciar o ano letivo sem o repasse do Piso. Já em 2025, a primeira assembleia foi convocada pela direção do Sinte-RN somente em 11 de fevereiro, já com o calendário escolar tendo iniciado. Graças à pressão da base nas assembleias dos dias 11 e 19 de fevereiro, a greve pôde ser iniciada ainda antes do carnaval, no dia 25 de fevereiro.

Na assembleia de deflagração de greve, no dia 25 de fevereiro, ficou bastante claro o papel de freio da luta da direção do Sinte-RN. Mal começava a greve, e a direção já tentava, por meio de uma manobra no momento da votação, fazer o movimento abrir mão da defesa da integralidade do Piso de 6,27% em março e já apresentou uma contraproposta rebaixada de parcelamento até dezembro. Na hora da votação, a direção do Sinte-RN fez uma sistematização confusa, dizendo que eram duas propostas a serem votadas: 1) "apresentar uma contraproposta"; 2) "manter a que já está". Não detalhou qual era a "contraproposta", e nem qual seria mantida. Mesmo com a confusão, a grande maioria da assembleia votou na proposta 2. E mesmo assim, a direção declarou aprovada a proposta 1. Isso gerou grande insatisfação da base, que protestava gritando que "não passou, não passou" e "votação, votação", pedindo nova votação. Depois de muita resistência da base, finalmente a direção colocou novamente em votação as duas propostas, desta vez detalhadas: 1) manter a defesa dos 6,27% em março com retroativo; 2) apresentar contraproposta de 4,27% em março e 2% em dezembro. Por esmagadora maioria, venceu a proposta 1.

A decisão do Ministro do STF, Edson Fachin, foi comemorada pela direção do Sinte-RN (PT) como "uma grande vitória". A comemoração eufórica da direção foi tamanha que passou uma impressão para a categoria de que o Piso de 2025, junto com os retroativos, já estavam garantidos, a ponto de que, em algumas escolas, chegou-se a discutir a saída da greve e retorno às aulas. No entanto, como já se podia prever, o governo se manteve intransigente.

Nas assembleias dos dias 17 e 24 de março, a direção passou a assumir mais abertamente a atitude de desmobilizar a greve. Falas de que "a greve está com baixa adesão", de que "escolas estão voltando a funcionar", de que "a adesão em Natal está abaixo de 50%", passaram a ser frequentes por parte da direção.

Quanto ao funcionamento do Comando de Greve, desde o início da greve, a direção protelou acerca dos encaminhamentos tirados no Comando de Greve, desde a simples publicação de notas e tarefas cruciais de mobilização, como as passagens nas escolas, que foram adiadas até o último momento, com a alegação de primeiro ter de analisar como está o quadro de adesão nas escolas, para só depois realizar as visitas, o que acabou sendo feito tardiamente e de modo insuficiente.

O momentâneo recuo em algumas escolas, que deveria ser um motivo para reforçar as passagens nas escolas, se tornou nas mãos da direção uma ferramenta a mais para enfraquecer o movimento. De modo que, na assembleia de 24 de março, a categoria, sem ver outra saída, com uma direção que não se dispunha a fortalecer a greve, não viu outra saída a não ser abandonar a defesa do pagamento integral do Piso. Cedeu às pressões do governo e apresentou uma contraproposta de parcelamento (4,83% em abril, 1,44% em maio e retroativos a partir de julho).

Com o abandono da defesa do pagamento integral do Piso, o governo Fátima (PT/MDB) viu o caminho aberto para rebaixar ainda mais a pauta e, após uma demorada negociação, apresentou a sua proposta final de 5% em abril, 1,27% em junho, porém sem nenhum retroativo.

A última atitude da direção do Sinte-RN, para encerrar o movimento grevista em favor do governo, foi convencer a categoria a abandonar a exigência do pagamento dos retroativos, e buscar por meio de ação judicial os retroativos de 2023, 2024 e 2025. Com isso, a greve foi encerrada, por maioria de votos, na assembleia de 31 de março.

As correntes de oposição durante a greve

O campo da oposição é composto basicamente pelo Muda Sinte (PSTU), PSOL/"Independentes", Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) e MLC (Movimento Luta de Classes – PCR/UP).

A unidade das correntes que se colocam no campo da oposição se impõe pela necessidade de combater as manobras burocráticas e desmobilizadoras da direção governista do Sinte-RN (PT). No entanto, essa necessária unidade ainda permanece débil, se limitando principalmente a atuações unitárias nas assembleias.

A oposição teve um importante papel na atuação da Comissão de Base, eleita na assembleia do dia 19 de fevereiro para representar a base nas mesas de negociação junto com a direção do Sinte-RN e governo. A Comissão de Base foi uma proposta que veio da base, e expressou, naquela assembleia, a desconfiança da categoria com a direção governista do Sinte-RN. Dentre os 4 membros da comissão, 3 eram da oposição (Corrente Proletária, Muda Sinte e PSOL). A comissão passou a ser um elemento de pressão direta da base da categoria nas mesas de negociação, na defesa do repasse integral do Piso, do pagamento dos retroativos e do 13º e terço de férias dos temporários.

Na assembleia de 24 de março, a oposição se dividiu, com o Muda Sinte votando a favor da apresentação de uma contraproposta, e a Corrente Proletária e PSOL votando contra, pela manutenção da reivindicação inicial. Na assembleia final da greve (31/03), no entanto, toda a oposição se unificou na defesa da manutenção da greve, para que o governo cumprisse com os retroativos, o que provocou um tensionamento na assembleia. Embora a votação majoritária fosse o fim da greve, as propostas de continuidade da greve obtiveram uma significativa quantidade de votos, mostrando que um setor da categoria estava disposto a conquistar o retroativo na greve.

A unidade entre os efetivos e temporários

Com o calote do governo Fátima aos professores temporários, de pagamento do 13º e terço de férias, esteve colocado desde o início para o movimento grevista a defesa das reivindicações dos temporários.

Desde as primeiras assembleias, em fevereiro, por meio de pressão dos professores temporários e da insistência da Corrente Proletária na Educação, a pauta dos temporários deixou de ser secundarizada para se tornar uma das principais pautas da greve.

As idas e vindas do governo Fátima (PT/MDB) foram muitas. Inicialmente, disse que não pagaria por não estar no contrato, em virtude de entendimento do STF. Em seguida, disse que buscaria resolver por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, o que implicaria passar pelo aval do Ministério Público. Em seguida, inventou que pagaria por meio de verbas indenizatórias. Para que, finalmente, no dia 27 de março, revisasse todo seu entendimento jurídico para admitir que, de fato, não havia nenhum impedimento para que o estado pagasse o 13º e terço de férias dos temporários, uma vez que esses direitos já eram previstos pelo Art. 4º da Lei 9.353/2010.

Na prática, a pressão do movimento grevista fez com que o governo voltasse atrás na posição inicial de dar um calote nos temporários. A Corrente Proletária, junto à Comissão de Base, insistiu até o fim para que o pagamento fosse pago de imediato. No entanto, a greve finalizou acatando o prazo estabelecido pelo governo de pagamento até 10 de julho.

Ainda que distante, o recuo do governo para pagar os temporários é uma conquista do movimento, fruto da unidade entre efetivos e temporários. É preciso desde já fortalecer essa unidade, que deve caminhar para a conquista da efetivação de todos os temporários e a escala móvel das horas de trabalho (emprego para todos os professores atualmente desempregados/subempregados, por meio da divisão das aulas entre todos os aptos). Além disso, no próximo Congresso Sindical é preciso alterar o estatuto para romper a barreira que exclui os professores temporários da base de filiação do Sinte-RN.

A atuação da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária atuou nas assembleias e passagens nas escolas, com notas e boletins, chamando a categoria para a greve, defendendo o repasse imediato do Piso (nada de parcelamento), os retroativos na greve, a defesa intransigente da unidade entre efetivos e temporários e contra a interferência do MP nas negociações. Além disso, defendeu a unidade da oposição e fortaleceu a Comissão de Base como instrumento de pressão direta da categoria nas mesas de negociação.

No dia 26/03, realizou uma plenária virtual, e foi feita uma discussão sobre a situação da greve, as táticas e perspectivas do movimento. Concluiu-se pela necessidade de construir uma direção classista que possa substituir a atual direção do Sinte-RN (PT) governista e conciliadora. Para isso, é fundamental o fortalecimento da fração revolucionária, que está materializada na Corrente Proletária, entre a vanguarda combativa, em torno a um programa classista, independente dos governos e voltado à defesa de um sistema único de ensino, público, gratuito e científico. Um programa que expresse o combate à rede privada e pela estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem trabalha e estuda. Um programa de combate à burocratização do sindicato e em defesa da democracia sindical.

Segue abaixo uma síntese das posições da Corrente Proletária na Educação durante a greve

No início de fevereiro, diante da demora da direção do Sinte-RN em convocar uma assembleia, a Corrente Proletária lançou uma nota, em 6 de fevereiro, com o chamado: “É urgente que a direção do Sinte-RN convoque uma Assembleia Geral”. Denunciou que “As aulas já começam em 10 de fevereiro. Até agora, a direção do Sinte-RN não chamou nenhuma assembleia para aprovar a luta para 2025. É tradição no movimento, quando o governo não atende às reivindicações, de aprovar a greve e não iniciar o ano letivo”.

Na Assembleia de 11 de fevereiro, lançou uma nota com a proposta: “Pela deflagração da greve do magistério, com início na segunda-feira (17/02)!”. A assembleia se dividiu entre a proposta da direção de uma nova assembleia com indicativo de greve para dia 21/02, e a da Corrente Proletária, de já iniciar a greve dia 17. Venceu a proposta do dia 17, porém a direção declarou que venceu a sua proposta. A base protestou contra a manobra. Diante do impasse, a direção lançou uma “proposta de consenso” dia 19, que foi enfim aprovada pela maioria assembleia. A proposta da Corrente Proletária expôs a posição da direção de adiar ao máximo o início da greve. E a base, na primeira oportunidade, se agarrou a essa proposta para expressar sua insatisfação diante do atraso do início da campanha salarial.

Na assembleia de 19/03, de indicativo de greve, a Corrente Proletária lançou a nota com a defesa da “Unidade entre efetivos e temporários! Aprovar a greve, em defesa do Piso na carreira, retroativos e pelo pagamento imediato do 13º e do terço de férias dos temporários!”. Após a assembleia, lançou outra nota que dizia: “O movimento grevista deve ter independência política perante o

governo Fátima, e não cair nas jogatinas entre governo e Ministério Público. Contra a interferência do Ministério Público nas negociações! Que o governo pare de se esconder por trás do MP e atenda as reivindicações da categoria! Toda força à greve do magistério!”.

Após a assembleia do dia 25/02, que deflagrou a greve, a Corrente Proletária denunciou as manobras da direção de tentar passar uma contraproposta, quando a maioria da assembleia votou pela manutenção do pagamento integral dos 6,27% em março. A nota dizia: “A assembleia desta terça demonstrou uma grande disposição de luta da categoria, que não só rechaçou a proposta rebaixada do governo, mas resistiu às manobras da direção do Sinte-RN em tentar aprovar uma contraproposta rebaixada para o governo. Essa experiência mostra que, mais do que nunca, a categoria precisa assumir em suas mãos essa greve para impor ao governo o atendimento das suas reivindicações. Nesse sentido, a Corrente Proletária faz um chamado pela unidade das correntes de oposição, no sentido de impulsionar a greve e expressar as tendências de luta da categoria.”

Diante das perseguições do governo Fátima (PT/MDB), por meio das Diretorias Regionais e da Secretaria de Educação (SEEC), contra o direito de greve dos professores temporários, a Corrente Proletária passou a defender que a direção do Sinte-RN e a Comissão de Base levassem coletivamente a questão do direito de greve dos temporários para a mesa de negociação, e o fortalecimento da adesão coletiva dos professores efetivos e temporários na greve. A Corrente Proletária lançou uma nota: “Em defesa do Direito de Greve dos professores temporários! [...] O magistério, unificado e em luta, deve combater as posições do governo de tentar cercar esse direito constitucional! O direito de greve se defende na própria greve! [...] A postura do Sinte-RN não pode ser a de passividade, mas a de uma defesa ativa das reivindicações e do direito de greve dos professores temporários. É preciso, na próxima mesa de negociação, que o Sinte-RN reivindique ao governo Fátima a garantia de que não haverá nenhuma retaliação aos professores temporários em greve, assim como o pagamento imediato do 13º e terço de férias. O atendimento das reivindicações dos temporários é parte das reivindicações da greve. Não pode ser secundarizada. Os professores devem permanecer em greve até que todas as reivindicações, incluindo as dos temporários, sejam atendidas!”

Após a decisão favorável do Ministro do STF (Edson Fachin) e a comemoração eufórica da direção, quando uma parte da categoria se perguntava se já seria o fim da greve, a Corrente Proletária lançou a nota: “Intensificar a greve até o atendimento das reivindicações! [...] A recente decisão do Ministro do STF, Edson Fachin [...] confirmou o que toda a categoria já sabia: nunca houve nenhum impedimento jurídico para que o governo repasse o Piso de 2025 na carreira. [...] a categoria não deve baixar a guarda! É hora de fortalecer a greve, até que todas as reivindicações sejam atendidas!”

Na Assembleia de 24/03, em que aprovou-se a apresentação de uma contraproposta ao governo, a nota da Corrente Proletária colocava: “A categoria deve rechaçar qualquer proposta de parcelamento, porque ainda pesa na memória recente dos trabalhadores que o parcelamento abre precedentes para o seu não cumprimento, acumulando várias perdas salariais. Sem contar que o percentual de 6,27% já é muito pouco para parcelar. Ao anunciar que não pagará os retroativos, o governo sinaliza uma submissão às diretrizes de austeridade do MP e da Justiça burguesa, além de legitimar os calotes dos anos anteriores, [...]”

Por fim, na Assembleia do dia 31/03, que encerrou a greve, a Corrente Proletária defendeu a continuidade da greve para conquistar o retroativo, e não substituir pela via da justiça burguesa. A nota dizia: “Proposta do governo exclui o retroativo! Conquistar o retroativo na greve! [...] O magistério não pode aceitar tamanho desrespeito do governo Fátima. Não podemos esperar pela Justiça burguesa, que tem travado uma campanha contra os direitos históricos do magistério nacional. O momento de conquistar o retroativo é agora, na greve!”

Rio Grande do Norte - São Gonçalo do Amarante

Greve dos professores de SGA/RN resiste aos ataques da prefeitura e do judiciário

Em Assembleia, no dia 9 de abril, os professores do município de São Gonçalo do Amarante/RN aprovaram a continuidade da greve, enfrentando a liminar do Tribunal de Justiça, que determinou a suspensão da greve, sob pena de multa de R\$5000,00 por dia de descumprimento.

O magistério municipal reivindica o repasse do Piso nacional de 2025 (6,27%) de forma integral em toda a carreira, com pagamento do retroativo. No início do ano, o prefeito Jaime Calado conseguiu aprovar, na Câmara Municipal, uma lei que repassa o Piso apenas para os professores que estão em início de carreira, gerando revolta na categoria.

No dia 9, pela manhã, a categoria realizou um ato, com caminhada até a prefeitura, para manifestar sua revolta.

Com a decisão de liminar, a prefeitura age de forma autoritária, disseminando mentiras sobre a greve e ameaçando cortar os salários dos professores. A prefeitura, de forma cínica, exige que os professores saiam da greve, para só assim negociar.

A Corrente Proletária na Educação tem atuado nas assembleias e nas passagens de escola, no sentido de fortalecer a greve e o ânimo da categoria em enfrentar a prefeitura autoritária e a liminar arbitrária da justiça burguesa.

Toda solidariedade à luta do magistério de SGA/RN pelo repasse integral do Piso na carreira e retroativo!

Rondônia

Prefeito não paga o Piso Nacional integral

Somente a luta nas ruas poderá impor as reivindicações

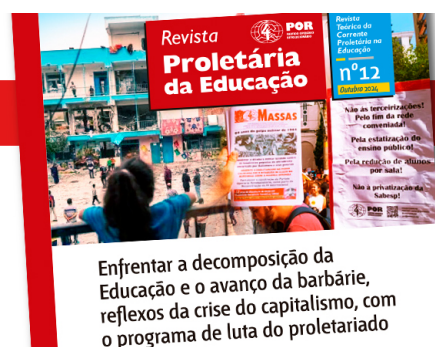
No dia 27 de março, os trabalhadores em educação do município em sua maioria paralisaram, com a finalidade de pressionar o prefeito Leo Moraes (Podemos), que tinha marcado uma reunião com a burocracia do Sintero. A paralisação foi decidida em assembleia pela base, que passou por cima da vontade dos dirigentes do Sintero. Porém, o prefeito não compareceu. Seus capachos receberam uma comissão do sindicato e, sob pressão da base acampada em frente à prefeitura, dois assessores do prefeito compareceram no acampamento e afirmaram que no dia 8 de abril o prefeito iria dar a resposta concreta sobre a pauta de reivindicações dos trabalhadores municipais da educação.

No dia 7, o prefeito Léo Moraes, através da vereadora Elis Regina (União Brasil), convocou os trabalhadores de educação e os sindicatos para anunciar os seus feitos demagógicos como se estivesse fazendo um favor, e dentre eles o atendimento das reivindicações, como: revisão salarial geral de 4,23% com marco inicial em junho de 2025 para todas os servidores da administração pública municipal; a implantação do Piso Nacional do Magistério na carreira, também em junho de 2025, apontando que o vencimento básico do professorado acompanhe o que estabelece a legislação federal que é o percentual de 6,27% para o ano de 2025; extensão do reajuste de 6,27% para os técnicos educacionais, medida que busca corrigir distorções salariais; prorrogação do auxílio de incentivo às Atividades Específicas inserido por meio da Lei Complementar nº

984/2024 destinado ao grupo de apoio da educação; realização de concurso público, com o objetivo de recompor e fortalecer o quadro de profissionais da rede municipal de ensino (ficou determinado a elaboração de um estudo para a realização de concurso público); concessão de 10 dias de recesso para os técnicos educacionais, como reconhecimento pelo trabalho realizado durante o período das férias escolares do meio do ano, sem prejuízo na remuneração desses profissionais.

O percentual de 4,23% é para todos os servidores do município em maio e os trabalhadores em educação só irão ter no seu vencimento o percentual de 2,04% em junho, indicado como o complemento do Piso. Significa que não há a implantação do percentual do Piso e igualmente aos anteriores. O prefeito com seu malabarismo nega para o magistério o reajuste oferecido aos demais servidores, e além do mais indica o pagamento atrasado do piso e em duas parcelas, a primeira de 4,23% e a segunda de 2,04%.

A Corrente Proletária da Educação/POR interveio com falas e manifesto, realizou a exposição da banca com publicações da luta revolucionária. Rechaçou a condução das lutas, que alimenta ilusões no parlamento e negociações em mesas da burocracia municipal sem a presença da base. Mostrou a importância de tomar em nossas mãos os destinos das nossas lutas em defesa da garantia de nossas condições de vida e de trabalho.

**NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:**

Revista Proletária na Educação

n°12
Outubro 2024

O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

São Paulo

O Boletim da Corrente Proletária municipal faz a campanha junto às escolas pela unidade grevista

Eis a sua essência:

Aproveitar a disposição de luta dos trabalhadores em Educação e decretar a greve!

Unidade do funcionalismo para derrotar a política privatista de Nunes!

Toda força aos atos regionais!

O governo ultradireitista de Ricardo Nunes/MDB tem atacado violentamente a Educação municipal e todo o conjunto do funcionalismo público. Com medidas privatistas, precarização das condições de trabalho, terceirizações e arrocho salarial, penaliza os serviços públicos e os trabalhadores e, consequentemente, a população pobre que depende exclusivamente dos serviços do Estado.

Na educação, tem retirado direitos históricos que foram conquistados com muita luta. Aprovou na Câmara dos Vereadores a Lei 18.221/24, que reduz salários dos trabalhadores que estão em tratamento médico e daqueles que estão readaptados. O governo, até o momento, não respondeu à lista de reivindicações entregue pelos sindicatos em fevereiro. Isso é sinal de que não pretende aplicar qualquer migalha de reajuste aos salários e de que retomará a proposta de substituição dos salários pelos subsídios. Sabemos que essa política serve apenas aos interesses do governo, visto que elimina os direitos, a exemplo dos quinquênios e a sexta-parte, deixando a classe a mercê da boa vontade do prefeito em reajustar os salários. Já aprendemos que não podemos confiar em nenhuma palavra dos governos.

A assembleia de 18 de março, que iniciou a campanha salarial e a luta por colocar abaixo a Lei 18.221, demonstrou que os trabalhadores em Educação estão dispostos à greve. No entanto, a burocracia sindical retardou o processo e propôs os atos regionais, sem que a classe estivesse em greve. Marcou nova assembleia somente para 30 de abril. Durante o mês de abril várias regiões se mobilizaram para organizar os atos, convocar os trabalhadores e colocar as principais reivindicações para a comunidade. Temos feito todo

o empenho para que os atos obtenham sucesso, mas sabemos das dificuldades em potencializar os atos regionais sem estar em greve.

Em outros estados do país, os trabalhadores em Educação estão se movimentando para arrancar dos governos suas reivindicações. Muitos estados se negam a aplicar o percentual de correção do Piso Salarial Nacional (PSN), que ficou em 6.27% - ou seja, uma miséria de reajuste. Nem essa migalha os governos querem conceder. Por isso, a greve foi colocada como o único caminho para a vitória. Contudo, não há um movimento sequer da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) para unificar essas lutas. Mostra-se como uma confederação morta, atrelada às determinações do governo Lula/PT e sua frente ampla em não mobilizar os trabalhadores por salários e direitos.

Aqui em São Paulo a situação não é diferente. Os professores estaduais estão em movimento pela campanha salarial, pelo fim das privatizações e contra a implementação das escolas cívico-militares. Marcaram assembleia para o dia 25 de abril. No município, a divisão é ainda maior, pois estabeleceu-se uma divisão, com a COEDUC (Sinpeem, Sedin e Sinesp) de um lado, e o Fórum, com outros sindicatos da Educação e do funcionalismo (Sindsep, Aprofem e outros), de outro lado. Essa divisão não contribuiu para a organização dos trabalhadores, apenas favorece o governo, que nos ataca violentamente, tendo como objetivo explícito a destruição dos direitos da categoria.

A Corrente Proletária vem defendendo em todas as instâncias do sindicato a unidade dos trabalhadores a partir da base. Defende que a única forma de obter vitórias contra os governos é a utilização do método da ação direta, ou seja, a greve, as manifestações de rua, os bloqueios de avenidas, os piquetes e as ocupações. E que somente a unidade entre os trabalhadores, estudantes e seus familiares poderá derrotar os governos privatistas e destruidores da escola pública. Defende, ainda, que os sindicatos e centrais convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, contra os ataques dos governos e dos patrões aos direitos e contra o arrocho salarial.

Ceará

Abaixo a perseguição política aos professores da EEEP Professor Moreira de Souza em Juazeiro do Norte

Já está virando prática comum na gestão petista, a SEDUC em conluio com os representantes de CREDEs e núcleos gestores das escolas perseguirem professores que questionem o autoritarismo da gestão escolar.

A diretora Nágila Kellen de Carvalho da EEEP Professor Moreira de Souza, do CREDE 19 de Juazeiro do Norte, com os seus métodos ditatoriais vem perseguindo vários professores. Muitos já saíram da escola por não aguentarem mais a gestão, alguns com já com problemas psicológicos.

A tirania da diretora contra a professora Kris chegou ao absurdo de negar a utilização de espaços da escola para seu trabalho escolar. Além disso, há total conveniência dos representantes do CREDE 19 (Tereza Mônica) que fazem vista grossa quanto aos desmandos da diretora Nagila Kellen.

A Corrente Proletária na Educação/POR faz a denúncia da perseguição política e exige que a direção do sindicato APEOC assu-

ma a defesa da professora Kris diante da perseguição que tem se tornando corriqueira no interior do estado, contando com o aval da própria Seduc. Abaixo a perseguição política aos professores! Organizar a luta contra os abusos de poder dos diretores de escola!

Adquira com o distribuidor de Massas:

“A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.”

R\$5

Balanco da greve da USP
2018

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pós-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.



POR Partido Revolucionário **MASSAS**

Ceará

Governo Elmano Freitas/PT amplia privatização da merenda escolar

A partir do segundo semestre de 2024, muitas escolas profissionalizantes (EP) e de tempo integral (ETI) no Ceará passaram a ter a merenda e o almoço gerenciados por empresas terceirizadas. Antes disso, o governo repassava a verba para a unidade escolar e o núcleo gestor comprava os insumos, assim como contratava as merendeiras. Na gestão Elmano/PT, a SEDUC resolveu terceirizar todo esse processo, contratando empresas do ramo alimentício para fornecer o almoço aos estudantes.

Esse novo modelo tem apresentado inúmeros problemas, dos quais destacamos a falta de autonomia da escola em comprar direto do fornecedor, escolhendo o melhor produto. O resultado é que a alimentação piorou. Em muitos casos, estudantes relataram larvas na comida e alimentação estragada, além da limitação da quantidade de comida servida a cada aluno (os estudantes já não podem repetir o lanche se tiverem fome), e da demissão das antigas merendeiras que já conheciam a rotina escolar.

A privatização da merenda escolar tem avançado e é um dos aspectos da privatização dos serviços educacionais. É fato que governos de ultradireita como Tarcísio de Freitas/PR de São Paulo entreguem a educação nas mãos dos grupos capitalistas sedentos

de lucros. Contudo, governos como o de Elmano de Freitas, que posam de progressistas e críticos ferrenhos da ultradireita, não têm ficado muito atrás. Como era de se esperar, Elmano age como qualquer governo burguês, guardião dos lucros e da propriedade privada burguesa. Implanta uma política similar de entrega dos serviços públicos, com diferenças apenas de grau.

A direção sindical da APEOC (PCdoB, PT, PSOL) fecha os olhos e opta por não denunciar o governo, mantendo a velha posição de apoio dissimulado ao Palácio da Abolição com a desculpa de combater a ultradireita no Ceará.

A Corrente Proletária alerta os trabalhadores em educação sobre este processo de privatização que pode se estender a outros setores da educação. Convoca o magistério a defender as bandeiras: Fim das terceirizações da merenda e almoço nas unidades de ensino! Que o gerenciamento da merenda esteja nas mãos da comunidade escolar! Fim das demissões de merendeiras! Efetivação das merendeiras e todos os trabalhadores terceirizados das escolas! Estabilidade no emprego a todos! Oposição revolucionária ao governo Elmano/PT!

São Paulo

Boletim da Juventude em Luta

O Boletim foi distribuído em algumas escolas da capital, indicadas pelo governador para uma suposta consulta sobre o projeto de escolas cívico-militares. Sob o título “Abaixo as escolas cívico-militares!”, o Boletim tem como objetivo impulsionar a campanha pela rejeição ao projeto bolsonarista assumido pelo governador Tarcísio.

Reproduzimos abaixo seus principais pontos:

Primeira fase da “consulta pública”

70 escolas de todo o estado de SP supostamente votaram a favor da adesão ao modelo cívico-militar na primeira fase de “consulta pública”. Foram 2 unidades na capital paulista, 9 na Grande São Paulo, 1 no litoral e 58 no interior. Foram 302 escolas onde houve a “consulta”, sendo que 5 unidades reprovaram a adesão, 7 se abstiveram e as demais não obtiveram o quórum mínimo de 50% dos votos válidos mais um.

Estão previstas mais duas rodadas de votação nas próximas semanas. O governador direitista Tarcísio de Freitas estabeleceu como meta a implantação em até 100 escolas no segundo semestre deste ano.

O PLC 9/2024, que institui o Programa Escola Cívico-Militar, foi aprovado em maio do ano passado, apesar da resistência dos estudantes e professores. A implementação chegou a ser adiada, devido a uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo. A liminar, no entanto, foi derrubada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes.

Problemas das chamadas “consultas públicas”

Essas “consultas” só servem para o governo dar uma aparência “democrática” ao processo de implementação do projeto de militarização.

Primeiro, porque os menores de 16 anos, que serão os principais atingidos pela medida, não podem votar;

Segundo, porque não houve um amplo debate sobre o tema na rede estadual, envolvendo estudantes e seus familiares, professores e funcionários;

Terceiro, porque não há transparência alguma no meio utilizado para a votação, que é feita virtualmente, pelo site da SED (Secretaria Escolar Digital), que é controlado pelo próprio governo e;

Quarto, devido ao fato de os diretores de escola terem acesso às senhas dos estudantes, o que abre brecha para as fraudes.

Trata-se de uma falsa solução

Por outro lado, é fato que existe ilusão no modelo. Entre os

familiares dos jovens, principalmente, muitos se mostram preocupados com as notícias recorrentes de violência e com os baixos índices de aprendizagem.

Porém, a experiência em outras regiões e países que adotaram modelos semelhantes mostrou que a militarização não resulta em melhorias na aprendizagem ou no problema da violência. Apenas torna a escola, que já sofre com a falta de democracia, ainda mais hostil e autoritária, tanto para os alunos quanto para os trabalhadores.

Militarizar só ampliará o autoritarismo nas escolas

Nas escolas, os que estudam e trabalham já não têm voz. O autoritarismo é a regra. Com a militarização, o problema certamente se intensificará. No Paraná, estado que tem ao menos 312 escolas com esse modelo, são inúmeras as denúncias de violência e autoritarismo, casos de racismo, além da imposição de regras estéticas (cortes de cabelo, uso de piercings, maquiagens etc.).

A disciplina cega é incompatível com o ensino

A presença de militares nas atividades escolares não tem outra função senão impor pela força a disciplina cega, a obediência, o silenciamento e a submissão. Não se promove a reflexão e o debate, nem a participação ativa dos estudantes nas decisões sobre o que e como aprender, não há liberdade de pensamento.

Ocultando os verdadeiros problemas

Enquanto isso, os problemas reais a serem enfrentados nas escolas são ignorados. Não há condições para os estudantes aprenderem, nem para os professores lecionarem. As salas estão super-

lotadas, a estrutura dos prédios é precária e faltam os recursos mínimos. Tais problemas não serão resolvidos com a militarização.

Cadê as entidades estudantis?

Mesmo diante da gravidade do problema, as entidades estudantis (UNE, UBES, UEE, UPES e UMES) não têm movido uma palha sequer. Era para as direções do movimento estudantil estarem passando pelas escolas, conversando com cada estudante, explicando e mobilizando. Mas, nada disso tem sido feito.

Seguem desviando a luta e alimentando a ilusão no combate pela via legal ou parlamentar. Isso ocorre porque essas entidades são dirigidas por correntes políticas como o PCdoB e o PT, apodrecidas na politicagem burguesa.

Está aí mais um motivo para o Boletim Juventude em Luta defender a construção de uma nova direção, classista e revolucionária, para o movimento estudantil.

Por onde começar?

É necessário exigir que as entidades estudantis organizem a luta da juventude, unificando a luta junto aos professores e funcionários. É urgente erguer a luta contra as escolas cívico-militares e os demais ataques à Educação. Somente com as manifestações de rua e as ocupações de escola é que será possível derrotar o projeto do direitista governador Tarcísio.

O trabalho de mobilização deve começar convocando as assembleias nos pátios, para que os estudantes possam discutir a proposta de militarização. O Boletim Juventude em Luta defende que os estudantes se organizem e votem contra a implementação das escolas cívico-militares! Além disso, é preciso construir os grêmios livres nas escolas. Para ser “livre”, o grêmio tem de se organizar de forma independente das direções de escola e dos governos.

São Paulo

Ato contra as escolas cívico-militares em Santo André

No dia 9 de abril, ocorreu o ato convocado pela Subsele Santo André da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Rede Estadual de São Paulo) contra o fechamento de salas, a precarização, as privatizações, a sobrecarga de trabalho, a escola cívico-militar, e pela revogação integral do Novo Ensino Médio e Nova Matriz Curricular. O ato reuniu ativistas, entre trabalhadores da educação e estudantes, incluindo representações de entidades do setor da educação, como a própria Subsele Santo André, o SinTUFABC, o Sinpro-ABC e a ARES-ABC.

A Corrente Proletária-SinTUFABC interveio no ato, com a distribuição da Carta Aberta da Subsele e do Boletim Juventude em Luta contra as escolas cívico-militares, vendagem do Jornal Massas, e com uma fala no microfone, denunciando a política burguesa de descarregar o peso da crise econômica nas massas, por meio da retirada de direitos, da manutenção de um salário-mínimo de fome, da aplicação das contrarreformas, como a trabalhista, a previdenciária, e a educacional, das privatizações, como da CPTM e da Sabesp, e das guerras de dominação, como o genocídio do povo palestino, chamando a população a participar do ato em defesa da educação pública, assim como do ato em solidariedade ao povo palestino marcado para o dia seguinte na cidade de Mauá.

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

SinTUFABC



**Construir uma direção
classista e democrática
para defender a
força de trabalho e a
universidade pública!**

Por uma fração revolucionária
no funcionalismo público!



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
JORNAL DA REVOLUÇÃO E DA LUTA PELA PAZ

São Paulo

Manifestação contra o sucateamento das Etecs: Direção da UMES censura Boletim da Corrente Proletária

No dia 10 de abril, ocorreu manifestação contra o sucateamento das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo (Etecs), organizada pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São Paulo. Com concentração na Praça Coronel Fernando Prestes, onde ficava a sede do Centro Paula Souza (CPS), o ato seguiu em marcha até a nova sede do CPS, ao lado da Etec Santa Ifigênia.

A Corrente Proletária interveio no ato, com a distribuição do Boletim Juventude em Luta, que faz a campanha contra as escolas cívico-militares e convoca a manifestação, e com uma fala no carro de som, em que saudou o ato de rua e destacou a importância da ação direta coletiva para barrar os ataques, como a precarização e o Novo Ensino Médio, e avançar nas conquistas, lembrando que a merenda nas Etecs foi uma conquista da luta do movimento estudantil, com as ocupações das Etecs em 2016, e chamando a unidade de estudantes, professores e funcionários.

Em uma conduta autoritária, a Direção da UMES (JPL/UJS) recolheu diversos Boletins JeL das mãos dos estudantes, os orientou a não pegar e tentou impedir a sua distribuição ameaçando rasgá-los. Questionou o distribuidor do Boletim sobre a sua identificação e pressionou para que não distribuísse o Boletim e saísse da manifestação. Contudo, o militante não se intimidou, respondendo que não usa uniforme de militância, que sua identificação política está no próprio Boletim, e se fazendo presente na manifestação. Essa tentativa de cercar a liberdade de expressão evidencia a crise de direção revolucionária e o aparelhamento do movimento estudantil pelas correntes stalinistas, o que demonstra a necessidade de construir grêmios livres, com gestões classistas, democráticas e revolucionárias.

Chapecó

Estudantes ocupam a Reitoria

Em Chapecó, no dia 3 de abril, estudantes da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul) - Campus Chapecó, junto com o DCE (Diretório Central dos Estudantes) e o CAADUFFS (Centro Acadêmico de Administração), ocuparam a reitoria da universidade e estão reivindicando a contratação de mais professores, entre outras melhorias na estrutura da universidade. As demandas incluem a abertura do restaurante universitário que não abre nos finais de semana e durante as férias e não serve café da manhã,

transporte público decente. A empresa terceirizada responsável pelo restaurante demite seus funcionários todo final de ano, precarizando ainda mais a universidade.

A falta de professores tem sobrecarregado os docentes já existentes. Esse problema, que dura mais de um ano, evidencia uma crise na educação, fruto do desmonte do setor público que o país vem enfrentando. A precarização atinge não apenas a universidade, mas também as escolas estaduais e municipais, e é um reflexo de uma política fiscal que afeta os mais pobres e os explorados em geral.

O Arcabouço Fiscal, aprovado durante o governo Lula e defendido pelo ministro Fernando Haddad, é criticado por ser uma continuidade das políticas fiscais implementadas no governo Temer e mantidas por Bolsonaro. Para muitos, trata-se de uma forma de limitar os investimentos em serviços públicos essenciais, como a educação.

O reitor da UFFS, João Alfredo Braidá, foi acusado de minimizar a crise da falta de professores, em uma entrevista à Rádio Chapecó no dia 31 de março, ao afirmar que o problema seria apenas de gestão no corpo docente. Além disso, há especulações sobre a possível necessidade de fechar o curso de Medicina, devido à falta de professores, enquanto a reitoria estuda abrir outros cursos sem sequer contratar os docentes necessários. Os cursos que mais sofrem com falta de professores são os cursos de ciências da computação, administração e medicina.

Essa falta de compromisso com a contratação de professores tem atrasado a formação dos estudantes. Cursos que deveriam durar de 4 a 5 anos estão levando de 6 a 7 anos ou mais para serem concluídos. Somente a mobilização, a greve, a ocupação e a unificação das lutas poderão solucionar os problemas enfrentados pelos estudantes e pelos mais pobres, que são os que mais sofrem com as políticas públicas em todo o mundo. No dia 9 de abril, a polícia federal do governo Lula esteve na reitoria ocupada em uma clara tentativa de avaliar as forças da ocupação com a intenção de fazer uma reintegração de posse.

O governo vem fazendo esses cortes nos serviços públicos essenciais para que sobre dinheiro para o pagamento da dívida pública para os banqueiros e assim deixando a população ainda mais empobrecida.



LANÇAMENTO FOLHETO

Lições da Greve do Magistério estadual do RN
de 25 de fevereiro a 31 de março de 2025

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

pormassas.org | @massas.por | (11) 9 5446-2020

Denúncias que evidenciam o grau de sucateamento das universidades

No dia 4 de abril, ocorreu um trágico acidente envolvendo um ônibus que levava docentes e estudantes do curso de Paisagismo do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O veículo da universidade ficou sem freio e caiu de uma altura de quarenta metros, sete pessoas morreram, e 26 ficaram feridas. Há declarações da comunidade da UFSM de que os ônibus não passam por vistorias regulares.

Em entrevista à mídia burguesa, o Reitor da UFSM declarou que a manutenção dos ônibus é feita pela universidade, mas que os motoristas são terceirizados, como se a responsabilidade pelo ocorrido fosse do trabalhador explorado, e o fato de explorar a mão de obra terceirizada eximisse a universidade de suas responsabilidades.

Na Universidade Federal do ABC, na semana anterior, imagens de um assalto com arma de fogo ocorrido em 27/03 na calçada da universidade, no campus Santo André, ganharam repercussão

nacional. O entorno do campus é tomado por uma onda de insegurança, com assaltos frequentes. O aumento da criminalidade expõe o mar de pobreza e miséria que atinge milhões de brasileiros. Não há lugar seguro em qualquer lugar de São Paulo. O avanço da militarização e da violência policial não faz senão evidenciar o fracasso da burguesia e dos governantes em extirpar as causas sociais da criminalidade.

Estudantes e funcionários esperam que a Reitoria saia da passividade e cobre medidas de segurança das autoridades. Trata-se de uma ilusão na possibilidade de afastar a universidade da caótica decomposição do capitalismo e do avanço da barbárie. Somente a luta geral da classe operária e demais explorados por seu programa próprio de reivindicações pode estabelecer o caminho de transformação que leve à erradicação das raízes sociais da múltiplas manifestações de violência, das quais fazem parte o próprio aparato repressivo do Estado burguês.

São Paulo

Plenária de balanço do 8 de março

No dia 5 de abril, o POR realizou a sua Plenária de Balanço do 8 de março, onde debateu, além do balanço da manifestação, a experiência de organização e construção do ato e o texto de formação “As mulheres e a educação das crianças” de Nadejda Krupskaya.

Foi uma atividade muito importante para discutir a rica intervenção que o partido teve esse ano e que serviu para diferenciar de maneira muito clara a política revolucionária da política pequeno-burguesa que predomina nesse movimento.

Do balanço sobre as reuniões preparatórias foram destacados alguns pontos como o fato de que essas reuniões acontecem sem uma ampla participação das mulheres e movimentos, ou seja, acaba sendo muito restrita às organizações de sempre, em sua maioria, PT, PSOL, PCdoB e seus satélites. Ainda assim, são utilizadas de manobras para garantir a aprovação daquilo que é defendido por essas organizações, como foi o caso do Manifesto que foi substituído por uma “plataforma de reivindicações”, com o argumento de que “facilitaria contemplar todas as organizações” e no fim, essa plataforma sequer foi divulgada. Foi levado para o ato, apenas as filipetas, que continham a bandeira imposta pelas reformistas, bandeira essa que sequer é consequente com as ações dessas correntes, basta ver que o balanço dessas organizações não discutiu a preparação para o 1º de Maio, dia que está sendo chamado nacionalmente para a luta contra a escala 6x1. Ao contrário, marcaram uma atividade para o dia 6 de maio, para o mesmo fim, de forma divisionista.

O texto de formação foi selecionado para compreender a importância de defender a proteção da maternidade e coletivização dos cuidados e educação das crianças, visto que, nessas reuniões de preparação enfrentamos resistência a essa proposta.

O texto aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres operárias e camponesas na educação e cuidado dos filhos, seja pela falta de recursos ou conhecimento e tempo para oferecer uma educação apropriada às crianças. As mães não têm acesso a informações sobre cuidados infantis e saúde, e as condições de vida e trabalho tornam essa tarefa ainda mais difícil. As crianças crescem em ambientes precários, trabalhando desde cedo, sem acesso a escolas e sem supervisão, o que torna seu desenvolvimento físico e mental muito deficiente.

Também demonstra como as condições de trabalho das mulheres, especialmente nas fábricas e no campo, é prejudicial à saúde da mãe e consequentemente das crianças, pois estão submetidas a jornadas de trabalho excessivas e a falta de direitos, resultando em uma geração fraca e doente.

Um ponto muito discutido, foi o trecho em que fala de práticas como o uso de “fábricas de anjos”, que trata da mortalidade induzida de crianças deixadas sob a responsabilidade de uma “cuidadora”, levando muitas mães a optarem por essa saída por falta de condições mínimas para a sua manutenção. Foi debatido o quão atual é o conteúdo do texto, mesmo tendo sido redigido em 1899, e que apesar de atual não é igual, na verdade é pior considerando que hoje o desenvolvimento do capitalismo já alcançou condições suficientes para superar essa questão, no entanto, esse não é o objetivo dos capitalistas. Mesmo a defesa da educação pública, que permanece vigente, não é mais a mesma, pois, se naquele período ela não existia, hoje a sua existência está ameaçada pelo sucateamento e pela privatização.

O texto conclui com a defesa da educação pública e que a responsabilidade sobre o cuidado das crianças não seja exclusiva dos pais, mas sim que o Estado forneça os recursos necessários para o desenvolvimento das crianças de forma saudável e plena. E assim como toda forma de opressão sobre a mulher, isso só pode ocorrer com a superação do capitalismo e construção do socialismo onde a educação e o cuidado infantil serão de responsabilidade coletiva.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Atos “Sem Anistia” e dos 61 anos do golpe em Recife

No dia 30 de março, ocorreram manifestações em todo o país contra a anistia, puxada pelas organizações Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular. Em Recife, a concentração se deu pela manhã, no Parque 13 de Maio, e contou com uma rápida caminhada até o Ginásio Pernambucano. Apesar da participação de algumas centrais sindicais e organizações do PT e PSOL, as entidades não chamaram suas bases. Com falas roteirizadas, a prisão de Bolsonaro e a não anistia dos envolvidos na tentativa de golpe no início de 2023 foi o tema central do ato. As palavras de ordem se limitaram a essa temática: “Bolsonaro na prisão”; “Sem anistia para golpista” e “Ditadura nunca mais”. A lembrança dos 61 anos do golpe de 1964 foi bastante marcada nas falas.

A presença de vereadores e deputados revelou uma mobilização em defesa do governo Lula. Assim, nas falas, não houveram críticas ao novo pacote de ajustes, à aprovação da LOA ou ao intenso processo de privatizações ocorrendo a nível nacional. Não mencionaram os cortes na saúde, no ensino público, na precarização das universidades federais ou nos acordos feitos pela governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, para avançar o projeto de privatização do metrô e do saneamento básico da cidade. Ao contrário, as falas defenderam a democracia de interesses burgueses, esquecendo-se de que essa mesma democracia permite que 2,5 milhões de brasileiros permaneçam na fome.

Além do PT e PSOL, que compunham a maioria, estavam presentes militantes do MTST, MST, Resistência Popular, Rebelião Popular, UJS, Fogo no Pavio, ANTAR; alguns militantes e lideranças sindicais do ARTSIND, CUT, CSP-Conlutas; e organizações independentes. O POR divulgou o manifesto, montou banca com exposição de livros, folhetos e jornais e cumpriu a tarefa de apontar a direção correta para os trabalhadores presentes através de sua fala.

Pronunciamento do POR:

Bom dia, companheiros, companheiras. Faço aqui uma saudação em nome do Partido Operário Revolucionário. E nós, neste dia, estamos aqui nas ruas, nesses atos, para condenar os atos golpistas de 8 de janeiro. Essa tentativa de golpe foi muito grave e não prosperou porque não encontrou força suficiente na classe dominante.

E, nesse momento, que a gente está nas ruas, é preciso saber como vamos quebrar a espinha dorsal dos golpistas. Como nós vamos quebrar essa tentativa de golpe. E não é suficiente somente a punição a Bolsonaro e aos golpistas. Porque o golpe, assim como foi em 1964, ele não vem da cabeça de um e de outro. Ele vem do poder econômico, vem da classe dominante que quer impor as contrarreformas. E a gente não vai também combater o golpe confiando nas instituições burguesas. Assim foi em 64 e não conseguimos reagir ao golpe. E não podemos repetir a história.

É preciso responder ao golpe com independência de classe. E a gente faz isso mobilizando os trabalhadores. Nós chamamos a CUT, as centrais sindicais, os sindicatos a convidarem as suas bases para virem aqui. A ir na porta das fábricas, chamar os trabalhadores. Mas nós sabemos que os trabalhadores não se mobilizam só para defender a democracia ou a punição aos golpistas. É preciso vincular essa luta com as suas bandeiras da defesa dos direitos, dos salários, o fim da escala 6x1, a revogação das contrarreformas. Aí sim a gente vai ter os trabalhadores nas ruas.

E quando nós dizemos que não confiamos nas instituições burguesas, no judiciário, é porque a gente sabe que eles são os mesmos que avalizaram o golpe contra a Dilma. A gente sabe que são os mesmos que avalizaram a prisão de Lula. Então eles prendem e soltam de acordo com as suas conveniências. Por isso, nós precisamos defender a independência, inclusive que o próprio povo deveria julgar os golpistas.

Por isso que nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos os tribunais populares e a resposta é com independência de classe. É isso, agradecemos e vamos enfrentar a ultradireita e os golpistas com independência.

Em Recife, outros atos foram puxados ao longo da semana. No dia 1, ocorreu a “Marcha do Silêncio”, um ato simbólico em homenagem às vítimas da ditadura militar no Brasil. Contou com curta caminhada até a ALEPE (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), local onde vítimas da repressão durante a ditadura militar no Brasil foram homenageados.

No mesmo dia, pela manhã, a APAP (Associação Pernambucana de Anistiados Políticos) realizou seu ato anual em homenagem aos estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar, mortos a tiros de fuzil pelo exército brasileiro em frente ao edifício JK, em 01 de abril de 64. Apesar de contar com um número menor de militantes e independentes, a maioria do Manguê Vermelho e membros da própria APAP, o ato contou com falas classistas, direcionando os trabalhadores a se organizarem e enfrentarem ativamente os ataques da burguesia e seus aliados. Como mote geral, ergueu-se: “Sem anistia para os golpistas de ontem e de hoje”, relembrando a ditadura que ocorreu há 61 anos.

O POR atuou panfletando o manifesto pela avenida Dantas Barreto e dialogou com os trabalhadores que passaram por ali, muitos recebendo o manifesto com curiosidade. Escutamos diversos comentários expondo a decepção com o governo Lula; sobre não saberem mais discernir os interesses de Lula e de Bolsonaro; sobre o espanto em ver parte da juventude sendo a favor de uma nova ditadura. Os comentários dos trabalhadores mostram, mais uma vez, que a subordinação de Lula em aceitar e articular acordos e projetos em benefício do capital financeiro têm provocado uma quebra de expectativas nas massas.

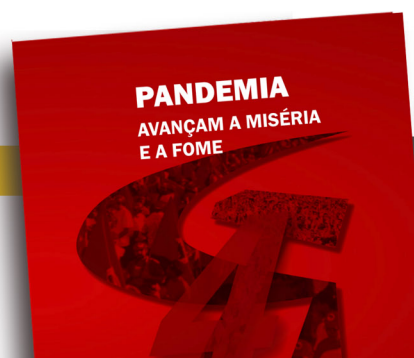
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME



A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

São Paulo

Sobre o ato contra a anistia aos golpistas

No dia 30 de março, ocorreu, em São Paulo, o “Movimento Nacional Sem Anistia e Prisão para Bolsonaro”, organizado pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular. O ato foi convocado às vésperas de completar 61 anos do golpe militar.

Estavam presentes, em sua maioria, indivíduos da velha guarda que expressavam o repúdio ao golpe militar de 1964 e à ditadura, o movimento estudantil e os movimentos populares, como o de moradia e os sem-terra. O ato foi convocado pelo “Povo sem Medo”, dirigido por Guilherme Boulos e liderança do PSOL, e Frente Brasil Popular, PT, com o objetivo de pressionar pela aceleração dos processos de condenação dos golpistas de 8 de janeiro. A classe operária estava ausente da manifestação, pois não foi convocada nas fábricas. Até porque essa não é uma reivindicação dos operários e dos demais trabalhadores explorados.

A tônica do ato foi a exigência da condenação dos golpistas, mas já faz parte do processo de luta eleitoral para a eleição presidencial de 2026. Serviu para tentar desgastar a imagem do direitista Tarcsio de Freitas como potencial candidato da direita nas eleições.

Ao mesmo tempo, esconder a política pró-burguesa do governo Lula/PT de frente ampla. Sua impotência em revogar as contrarreformas trabalhista, de Temer, e a Previdenciária, de Bolsonaro; a contrarreforma fiscal, que penaliza a maioria dos trabalhadores; o salário-mínimo de fome; a precarização dos empregos etc.

O Partido Operário Revolucionário (POR) compareceu ao ato com seu manifesto defendendo que o combate a ultradireita bolsonarista e seus aliados deve se dar no campo da luta da classe operária. Que a centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa dos salários, empregos e pela derrubada das contrarreformas antinacionais e antipopulares. Que somente a classe operária e os demais oprimidos, em movimento, poderão erguer os Tribunais Populares para julgar a tentativa de golpe de Bolsonaro e seus generais. Que somente um Tribunal Popular nascido da luta dos trabalhadores tem como responder aos crimes de classe da burguesia e seus partidos.

Formação Política

Grupo de estudos debate as formulações de Trotsky sobre o Fascismo

A retomada dos estudos dos clássicos do marxismo no dia 18/03 de 2025 inicia com textos de Trotsky sobre o fascismo. A conjuntura está marcada pelo crescimento da extrema direita nacional e internacionalmente: o julgamento, pela tentativa de golpe, de Bolsonaro, que representa tendências fascizantes; a vitória de Trump nos EUA e sua política anti-imigrante e autoritária; na Alemanha o partido de extrema-direita (AfD) ganha cada vez mais projeção e mais espaço no parlamento; o genocídio palestino pelos Sionistas; entre outras tendências autoritárias em todo mundo. Nessa perspectiva, foram escolhidos textos da coletânea “Como esmagar o fascismo”, da editora “Autonomia Literária”. Decidimos por seguir a ordem cronológica dos acontecimentos, portanto começamos no primeiro encontro com dois textos: uma carta de Trotsky para Max Shachtman intitulada “O que é o fascismo?”, de 15 de novembro de 1931, e a obra “O Giro da Internacional Comunista e a Situação Alemã” de 1930.

Informe e debate de conjuntura

Como já é tradição, o grupo de estudos começa com os informes das lutas, forma que reforça a importância de união entre teoria e prática. Foi dado informe sobre a greve de professores em diversas regionais, o que tem mostrado uma disposição de luta geral da categoria diante dos ataques dos governos.

Debatemos a situação da Faixa de Gaza e os planos do imperialismo de anexar completamente o território. Trump evidencia que a “paz” do imperialismo é uma paz anexadora, explicitando que seu plano é de retirada dos palestinos da Faixa de Gaza para outros países, como Egito e Jordânia, de modo a garantir a completa anexação do território. Foi dado informe da situação da guerra na República Democrática do Congo. O continente africano sofre com a dominação imperialista e é marcado por guerras alimentadas pelo imperialismo, para que este siga garantindo a completa submissão desses países e o controle de suas matérias-primas.

A crise capitalista tem agudizado a barbárie social e se manifestado mais agudamente nas guerras de dominação. As declarações sobre rearmamento da Europa e o crescimento do choque entre EUA e China dão o quadro da tendência de avanço da escalada bélica e a sombra de uma terceira guerra mundial. Somente o proletariado de todo o mundo em luta, em uma frente única anti-imperialista, poderá trazer uma paz sem anexações, garantir a autodeterminação dos povos oprimidos e transformar as guerras de dominação em guerras de libertação. Para isso, é necessário erguer o partido mundial da revolução socialista, que dirija as massas ao caminho da revolução proletária.

Considerações gerais do estudo

O estudo iniciou com uma apresentação geral, mostrando que estamos tratando de analisar textos sobre o fenômeno do fascismo/nazismo quando ele estava se gestando, ou seja, quando era uma experiência nova. Trotsky, assim como Marx e Lenin, se utiliza das experiências da revolução francesa como forma de entender os novos fenômenos a partir de uma perspectiva do desenvolvimento histórico. Na apresentação coube também destaque à explicação do que seriam os chamados “períodos”, esquema definido pelo estalinismo em 1928 e criticado por Trotsky. O “primeiro período” foi de 1917-1924, que seria o momento de crise do capitalismo e ascenso revolucionário. O “segundo período”, de 1925 a 1928, foi o de estabilização do capitalismo e portanto um momento que não era propício ao ascenso revolucionário. O “terceiro período” seria o período final do capitalismo, o que levou a Internacional Comunista a um giro esquerdista desastroso. Posteriormente, de 1935-1939, o “terceiro período” viria a ser substituído pela política das Frentes Populares, que já não foi mais caracterizada como um novo período.

“O que é o fascismo?”

Em sua breve carta, Trotsky mostra a importância do método de análise. Diz “Para que possamos prever as situações em relação ao fascismo, é necessário ter uma definição desta ideia. O que é o fascismo? Quais são suas bases, formas e características? Como se dará seu desenvolvimento? É necessário proceder de forma científica e marxista”. Esse ponto é de fundamental importância, pois o fascismo estava se gestando e responder ao seu crescimento na Alemanha era crucial. Ainda nessa breve carta, expõem um ponto fundamental da análise que é a relação das classes. Afirma que “a base genuína do fascismo é a pequena burguesia” e, a partir desse fundamento, coloca que existia uma massa na Alemanha que poderia servir de base ao fascismo, mas na Inglaterra seu ascenso era menos provável devido à composição da massa majoritariamente proletária.

“O giro da Internacional Comunista e a Situação Alemã”

O texto também começa tratando do método. Expõe que reviravoltas na situação objetiva podem impor a necessidade de giros táticos, mostrando a necessidade de adequar a política à situação objetiva. Mas mostra que a Internacional Comunista estalinizada realizava giros contrários às necessidades da realidade, refreando o movimento da classe operária quando era necessário impulsioná-lo. Mostra que os desvios são típicos dos interesses de uma casta burocrática; diz “Os burocratas otimistas recusam analisar o significado das relações de forças que revelam as estatísticas eleitorais. Eles analisam o aumento de votos comunistas independentemente das tarefas revolucionárias e dos obstáculos nascidos da situação objetivas”.

Trotsky enfatiza que é preciso analisar as classes sociais. Vai mostrar que existiam divisões no seio da burguesia, que oscilavam entre a social-democracia e o fascismo em virtude do enfraquecimento de seus partidos principais, e que essa situação constituía um sintoma de uma situação pré-revolucionária. Mas que no advento de uma situação revolucionária, tais oscilações cessariam. Passa, então, a analisar o papel que tem a pequena burguesia.

A pequena burguesia como uma camada numerosa da popu-

lação sem uma política independente vai oscilar ou para a política revolucionária do proletariado ou para a política burguesa. Para a revolução é indispensável que se produza um deslocamento decisivo das classes pequeno-burguesas em direção ao proletariado, o que lhe dá a possibilidade de se colocar como protagonista à frente da nação. Entretanto os resultados eleitorais estavam mostrando o contrário: um deslocamento ao fascismo. Trotsky alertava que o fascismo era um perigo real na Alemanha, que não deveria ser subestimado, que era “a expressão aguda da situação sem saída do regime burguês, do papel conservador da social-democracia em relação a esse regime e da fraqueza acumulada do KPD [Partido Comunista da Alemanha] para destruir esse regime”.

Ao analisar a classe operária, Trotsky analisará sua relação com o partido comunista. Vai mostrar que diferente do que ocorreu na Rússia com o partido bolchevique em 1917, o KPD já era um partido conhecido e que os votos que haviam perdido naquele momento se baseavam na própria experiência dos operários dos últimos anos e sua descrença no KPD. Denuncia que a política do terceiro período da Internacional Comunista, da caracterização da social-democracia como “social-fascista”, foi desastrosa porque a direção do KPD com sua política auxiliou a social-democracia, sustentando-a pela esquerda.

Trotsky caracteriza a situação da Alemanha como uma situação contraditória, onde há elementos objetivos que põem na ordem do dia a revolução proletária e elementos que excluem a possibilidade de vitória. Elenca os seguintes pontos essenciais: “1) Uma crise nacional profunda (econômica e internacional) existe indiscutivelmente. Pela via normal do regime parlamentar burguês, não se vê saída; 2) A crise política da classe dominante e de seu sistema de governo existe indiscutivelmente. Não é uma crise do parlamentarismo, mas uma crise da dominação de classe; 3) Entretanto, a classe revolucionária encontra-se ainda profundamente dividida pelas contradições internas. O fortalecimento do partido revolucionário, em detrimento do partido reformista, apenas se inicia e se desenvolve ainda a um ritmo que só de longe corresponde à profundidade da crise; 4) A pequena burguesia já tomou, logo no começo da crise, uma posição que ameaça o sistema atual de dominação capitalista, mas que é, ao mesmo tempo, de hostilidade mortal com a revolução proletária”.

Trotsky finaliza seu texto com o subtítulo “Onde está a saída?”. Nela retoma o que disse no início do texto, rechaçando as análises mecânicas e colocando que é preciso tomar a situação como ela é: com suas contradições e na dinâmica viva de seu desenvolvimento. Diz “É necessário medir [os estados de espírito, os pontos de vista e as forças inimigas e amigas] no processo da luta, pela luta, e introduzir, segundo essas medidas vivas, as correções necessárias na política”. Coloca o papel fundamental do partido: “É preciso não só que se lancem palavras de ordem vivas, mas examinar, em seguida, como estas atuam nas massas. Tal coisa não se pode realizar sem um partido ativo, que penetre por toda a parte, por meio de dezenas de milhares de tentáculos que reúnam testemunhos, discutam todas as questões e elaborem ativamente a sua opinião coletiva”. E vai mostrar como o partido comunista pode ganhar as massas. Destaca-se nesse ponto a ideia de que não se trata de promessas do que fazer após a conquista do poder. O principal problema do momento era o desemprego, então que “A luta contra a racionalização capitalista e pela jornada de sete horas continua inteiramente na ordem do dia. Mas somente uma palavra de ordem de colaboração ampla e sistemática com a URSS pode elevar essa luta à altura das tarefas revolucionárias”.

Diante da política traidora da Internacional Comunista estalinizada, conclui seu texto dizendo: “Esse giro da Internacional, ligado à reviravolta da situação, apresenta tarefas novas de importância particular à Oposição de Esquerda. Suas forças não são grandes. Mas toda corrente cresce com o aumento de suas tarefas. Compreendê-las claramente é preencher uma das mais importantes condições de vitória”.

Grupo de estudos do

MARXISMO

TODA TERÇA-FEIRA • 19H • VIRTUAL •

TEMA DE ESTUDO:

Como Esmagar o Fascismo

Leon Trotsky

Entre em contato pelo WhatsApp para receber os textos e links.

pormassas.org massas.por (11) 9 5446-2020

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Nesta edição:

Manifesto do CERQUI: O agravamento da crise mundial terá consequências terríveis para os oprimidos em todo o mundo ;

O declínio norte-americano e guerra comercial;

Palestina: - Manifesto do POR - Retomada da carnificina na Faixa de Gaza; - Manifestação pelo Dia da Terra Palestina;

Argentina: Alerta a todos os trabalhadores do país e do mundo;

Bolívia: resposta ao suposto documentário do governo; Os grandes perdedores da guerra Rússia-Ucrânia: os povos do mundo que pagarão a conta da crise da guerra;

Trotsky: Formulações de Trotsky sobre a paz sem anexação;

33 anos da dissolução da URSS.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Manifesto do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui)

8 de abril de 2025

Manifesto aos trabalhadores, aos sindicatos, às organizações que se reivindicam da classe operária

O agravamento da crise mundial terá consequências terríveis para os oprimidos em todo o mundo

*Cabe à classe operária enfrentar a decomposição capitalista
com sua política própria*

Estamos diante de um forte agravamento da crise internacional devido à ofensiva de Trump para recuperar o lugar hegemônico dos EUA a qualquer custo. A burguesia das potências e dos países atrasados estão se debatendo em como responder. Tentando amortecer o choque, mas não conseguem derrotar esse ataque. O que sabemos é que buscarão descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores, da maioria oprimida.

A aguda crise econômica nos Estados Unidos, que ainda nem conseguiu fechar o estouro de 2008-2009, levou a principal potência a adotar medidas ultra protecionistas, rompendo a política de globalização e “liberdade de comércio”, que implementou nas últimas décadas. Seu objetivo é reduzir seu endividamento, para diminuir os juros resultante da dívida, reduzir o déficit da balança comercial, integrar localmente suas cadeias de suprimentos vitais, aumentar a produção de mercadorias em seu país e expandir seu território por meio de anexações, para garantir o fornecimento de minerais necessários etc. Estas medidas vão gerar recessão, aumento dos preços, desaceleração da economia, mais desemprego e precarização para os trabalhadores, mesmo nos EUA.

Essa política desesperada e arrogante dos Estados Unidos fortalece as tendências à guerra, como já se observa, especialmente no Oriente Médio, com a continuação do massacre genocida em Gaza, objetivando expulsar os palestinos de suas terras. Trump pressiona abertamente para anexar a Groenlândia, subjugar o Canadá e impor uma paz imperialista na Ucrânia, que garanta a pilhagem de seus recursos. Seu objetivo estratégico é o de enfrentar a China e deter sua ascensão, uma batalha para a qual precisa se preparar, mas que já está se processando, como mostram suas iniciativas no Panamá, nas rotas marítimas do Ártico, bem como a exigência para

que as semicolônias rompam os acordos econômicos que têm com a China.

Esta crise expõe a ruptura entre as potências imperialistas e o choque de interesses entre diferentes setores da burguesia imperialista dentro dos EUA. A ruptura dos acordos após o fim da Segunda Guerra Mundial não é coincidência: põe a nu as contradições insuperáveis do capitalismo que se acumularam, o choque entre o alto desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, assim como o choque com as fronteiras nacionais, a queda na taxa de lucro, a crise de superprodução, exacerbada pela contração do mercado em que o consumo caiu drasticamente como uma consequência do aumento da pobreza geral da população.

Estamos diante de um capitalismo em agonia, que não pode ser reformado e que objetivamente coloca para o proletariado a tarefa de acabar com ele por meio da revolução social. A classe operária deve reagir em todo o mundo, enfrentando essas políticas e suas consequências desastrosas que podem levar a humanidade a um caos maior do que o que já vivido e do qual será mais difícil de sair.

As burguesias locais se limitarão à tentativa de negociar com os EUA, para mitigar o impacto das medidas, buscando conseguir alguma vantagem. O BRICS não foi capaz de dar uma resposta conjunta. Cada país afetado, independentemente do tamanho do ataque, procura defender seus interesses separadamente. Não podemos confiar em nada que cada fração da burguesia nacional possa fazer.

Cabe à classe operária e aos demais trabalhadores defenderem as condições materiais de vida e trabalho da maioria oprimida, que se acha ameaçada. Está posto o enfrentamento ao ataque imperialista que Trump desencadeou:

* Defender o poder de compra dos salários e aposentadorias para que não continuem destruindo o valor da força de trabalho (as desvalorizações das moedas ou o aumento das tarifas aumentarão a inflação em todos os lugares);

* Impedir o fechamento de fábricas, demissões, suspensões, lutando pelo emprego a todos. A burguesia e seus governos argumentarão que a perda de mercados força as realocações, fechamentos, redução de postos de trabalho etc. Diante dos ataques do grande capital contra a força de trabalho, é necessário lutar pelo controle operário da produção.

* Rejeitar qualquer contrarreforma que busque precarizar ainda mais as condições de trabalho sob pretexto da recessão, depressão ou guerra comercial.

* Nas nações oprimidas, cabe aos explorados tomar em nossas mãos a luta pela defesa das indústrias e pelo genuíno desenvolvimento industrial. As mercadorias que não podem entrar nos EUA ou na Europa procurarão penetrar no restante dos mercados liquidando ou enfraquecendo suas indústrias.

* Rejeitar a entrega e pilhagem de nossos recursos; acabar com todas as formas de pilhagem financeira.

* Rechaçar todas as imposições do imperialismo, defendendo a soberania e a autodeterminação das nações. É necessário combater o armamentismo das potências, expulsar as bases militares do imperialismo, romper os acordos militares.

A classe operária deve se tornar a direção de todos os oprimidos, levantar-se com seus próprios métodos de luta, com suas próprias organizações, com sua própria política, tornando-se independente de qualquer tutela da burguesia. Nos últimos dias, testemunhamos mobilizações de massas nos EUA e na Europa rejeitando as políticas de Trump, o que potencia a luta de classes, mas

ainda não há uma orientação que unifique as lutas com uma perspectiva independente, proletária, internacional, rumo à vitória.

A classe operária, os trabalhadores e a maioria oprimida deve se colocar o problema de como tomar a direção da economia em suas mãos, como a organizar e planejar em base às necessidades. Como abolir o poder dos capitalistas que, em sua agonia, levam à destruição das condições elementares de existência das massas. E, ao mesmo tempo, como abordar a própria luta pelo poder. Também se constata em todos os lugares a agonia das formas de dominação democrático-burguesa. Políticas de ajuste, de ataque a direitos, são acompanhadas por um crescente autoritarismo e direitização dos governos.

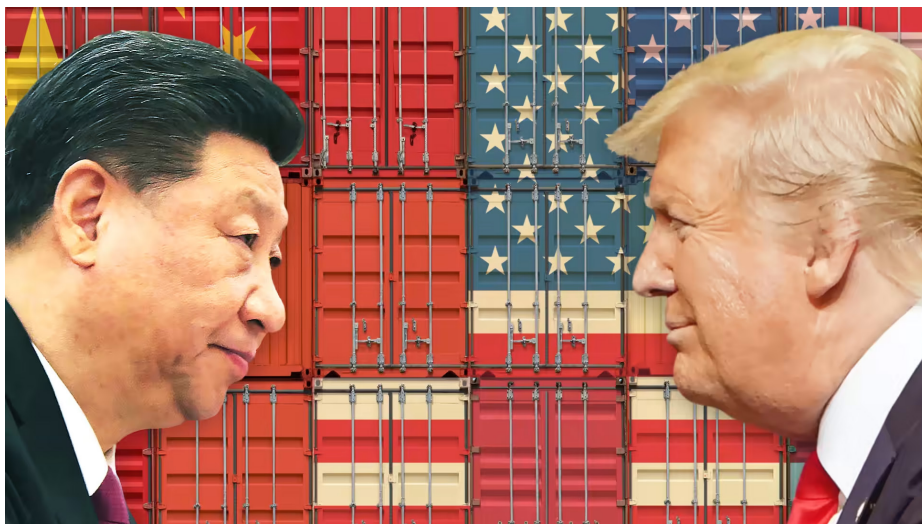
Trata-se de promover a mais ampla unidade das lutas, exigindo que os sindicatos e centrais sindicais se coloquem à altura da luta que está posta, rompendo os laços com os governos, com os partidos que defendem a grande propriedade privada dos meios de produção. Trata-se de todos os setores da vanguarda consciente trabalhar sob essa perspectiva.

Estamos conscientes da enorme fraqueza política da classe operária que resultou das derrotas, traições e vacilações, da dissolução das maiores conquistas que o proletariado havia alcançado. É hora de revitalizar a intervenção nos movimentos com uma política independente. Esta crise é uma oportunidade para politizar as massas, avaliar os erros e analisar os problemas do passado, procurando superá-los no combate ao imperialismo e às expressões capitalistas locais. Temos de amadurecer politicamente a tarefa de reposicionar a classe operária como o centro dirigente das massas, em nossos países e em escala mundial. Este é o trabalho que o CERQUI encarna, voltado a reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

O declínio norte-americano e a guerra comercial

No dia 02 de abril, com sua costumeira arrogância, Donald Trump anunciou à imprensa na Casa Branca seu esperado e severo pacote de tarifas comerciais contra mais de uma centena de países em todo o mundo. O intitulado 'dia da libertação' provocou reações imediatas nos mercados globais. O impacto espantoso das elevadas tarifas resultou em perdas trilionárias nas bolsas de valores na Europa, Ásia e mesmo nos EUA. Os jornais burgueses escandalizados anunciaram em tom jocoso e com certa incredulidade que as taxas de Trump não pouparam sequer ilhas antárticas desabitadas.

Há pelo menos um mês, em 3 de março, Trump já havia anunciado taxas de 25% sobre o México e o Canadá e dobrado a anterior tarifa comercial sobre a China de 10% para 20%. As tarifas sobre o aço e o alumínio em 25% vieram logo a seguir em 11/03 e a tarifas sobre os automóveis importados (também em 25%) foram impostas em abril. Segundo especialistas, apenas a primeira taxa (so-



bre o alumínio e aço) terá um alcance de US\$ 150 bilhões em produtos diversos, o que provocará uma primeira onda de inflação mundial.

O tarifaço generalizado de 02 de abril pôs em marcha a guerra comercial multilateral escancarada atingindo em cheio a China (125%), Índia (26%), Canadá (25%), Coreia do Sul (25%), Japão (24%) e União Europeia (20%). Brasil, Reino

Unido, Austrália e outros parceiros comerciais foram atingidos com ao menos 10% de sobretaxas. As retaliações mútuas entre China e EUA e as reações canadense e europeia escalaram a guerra comercial e desestabilizaram ainda mais o mercado de ações e de futuros. Temendo os efeitos de uma ruptura bilateral com a China, o brusco recuo no comércio com importantes parceiros, um maior isolamento da economia, uma potente espiral inflacionária e elevados riscos de recessão, as ações nas bolsas despencaram. Apenas as empresas listadas em Nova York (índices Dow Jones, Nasdaq

e S&P 500) chegaram a perder 6,08 trilhões em 3 dias. A corrida aos supermercados e shoppings para comprar alimentos e estocar produtos antes da alta tarifária chegar às prateleiras fizeram os norte-americanos reviverem as cenas da crise de 2008 e 2020. A hecatombe financeira e a ameaça de descalabro à medida que novas tarifas eram impostas à China em resposta às suas retaliações, fez cindir as opiniões não apenas entre os grandes magnatas e capitalistas, mas no próprio círculo governamental em Washington. O recuo de Trump quanto às tarifas mundiais (congeladas em 10% para todos os países por 90 dias), ainda que se mantenha uma elevadíssima tarifa contra a China, é um nítido revés para a linha dura dos republicanos.

Desde o início de seu mandato, Trump teve carta branca por parte da burguesia norte-americana para conduzir o processo da guerra comercial. Porém, a forma como a conduziu (ataques indiscriminados à indústria, agricultura e comércio do conjunto da economia mundial) e não a política tarifária em si mesma implicou no risco de uma crise interna, provocou divisões (Elon Musk etc.) e o consequente recuo. A escalada das taxações contra a China, em particular, atendeu às pressões dos capitalistas agropecuários temerosos de perderem acesso ao importante mercado chinês para onde escoam sua produção de carne, trigo, soja e outras commodities. Os governos e financistas de um lado e do outro do Pacífico tem perfeita consciência de que o atual patamar de taxaço recíproca entre EUA-China significa a quebra quase completa do comércio bilateral. Eis porque uma negociação entre ambos será inevitável, ainda que Trump não abra mão de sair com a maior vantagem.

O tarifaço de Trump indica que, em sua maioria, as frações burguesas norte-americanas não vislumbram outra saída senão o velho e amargo remédio do protecionismo. É sua tábua de salvação momentânea. É falsa a ideia que os EUA retaliam seus parceiros apenas para negociar um acordo justo de livre comércio. Para a Casa Branca, é imperativo não apenas ampliar a guerra comercial com a China, mas administrar uma certa dose de tarifas mesmo contra seus parceiros comerciais ocidentais. As taxações foram vendidas como uma solução para recuperar os postos de trabalho e a capacidade industrial dos EUA. Portanto, necessária para reverter as tendências de declínio da potência imperialista.

A curva descendente da economia fez a ultradireita burguesa largar a retórica do livre-cambismo ao qual se apegou historicamente (em especial após a 2ª guerra mundial) quando a economia dos EUA era, possivelmente, a mais competitiva. Ao adotar escancaradamente o protecionismo, e mandar às favas o liberalismo globalista, a burguesia imperialista não faz senão uma tentativa desesperada de lançar sobre os demais países, pouco distinguindo amigos de inimigos, sua crise monumental. Ela está obrigada a agir dessa maneira para tentar retardar a marcha de sua decadência. Ao fazer os mais diversos países (incluindo as semicolônias) pagarem o preço por sua maior competitividade perante a indústria norte-americana, os EUA forçam uma regressão das forças produtivas mundiais. O choque cada vez mais violento entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais nunca foi tão visível.

O aparente crescimento do PIB em 2024 (2,8%), esconde e mascara os inúmeros impasses da economia norte-americana. Há muito que sua atividade econômica tem dependido explicitamente do endividamento e da especulação. Sob a ótica da demanda, mais de 67% do PIB é representado pelo consumo das famílias. Mesmo os gastos governamentais não ultrapassam os 17% e os investimentos privados contam apenas 18% contra 21,2% da Alemanha; 25,7% do

Japão, 30,5% da Índia, 30,9% da Coreia do Sul e quase 50% da China. A dívida pública alcançando US\$ 36,5 trilhões (calcula-se que chegue a 124,4% do PIB até o final de 2025) força o aumento dos juros e encarece o custo de produção doméstica. Aliados a isso, os déficits fiscais incontornáveis (US\$ 1,8 trilhão de dólares) e o déficit comercial de US\$ 1,21 trilhão (que aumentou em 50% desde que 2017) criam as condições para que as cadeias produtivas globais se mantenham distante do território norte-americano e, continuem a se dirigir a países como México, Canadá e ao Sudeste Asiático.

É certo que as medidas protecionistas de Trump que sacudiram a economia mundial são parte inseparável de sua ofensiva mundial que incluem mais expansionismo militar, controle total do canal do Panamá, tomada da Groenlândia, ameaças ao Canadá e maior intervencionismo no Oriente Médio. É certo também que, do ponto de vista estritamente econômico, não se pode descartar uma momentânea a tênue reindustrialização dos EUA a médio prazo, ancorada puramente na chantagem comercial e financeira. Porém, ainda que isso ocorra, a economia não deterá sua marcha de improdutividade e a conquista do mercado doméstico será a única que verá a indústria norte-americana, sem perspectiva de disputar mercados externos e expandir suas forças produtivas.

No curto prazo, as tarifas de Trump, se mantidas em seu alto patamar, forçarão passagem às tendências recessivas. Não casualmente, o tradicional JP Morgan elevou as chances de recessão nos EUA de 40% para 60% este ano. As medidas de Trump levarão a uma maior inflação, destruindo o poder de compra dos explorados no país e provocando reações políticas diversas. A pesquisa Reuters/Ipsos (de 2 de abril) já mostrou uma queda na popularidade de Trump: 43% de aprovação, o mais baixo desde seu retorno à presidência. O baque no valor de mercado das companhias norte-americanas, sobre tudo das Big Techs, que acumulam perdas de US\$ 3,8 trilhões desde o início do governo republicano, tem alimentado desconfianças entre os próprios capitalistas (a Apple teve perdas de mais de US\$ 402 bilhões, e mesmo a Tesla, do fiel aliado de Trump, Elon Musk, amargou prejuízos de US\$ 509 bilhões desde 20 de janeiro).

As manifestações que levaram centenas de milhares às ruas em mais de 1.200 cidades dos EUA (movimento Hands Off “Tire as mãos”) são uma resposta inicial das massas ao descalabro econômico e à perseguição aos imigrantes. À medida que a corrosão salarial avançar, novas e impetuosas manifestações ocorrerão. A classe operária norte-americana precisa entrar em cena. Por um lado, tem profundas expectativas na volta dos empregos industriais prometidos por Trump, por outro, porém, vê com apreensão a alta incontornável dos preços. O capitalismo em declínio tira com uma mão o dobro do que dá com a outra. A resposta proletária nos Estados Unidos precisa partir das reivindicações imediatas de salários e empregos e levantar urgentemente a bandeira da Frente Única Proletária contra o reacionário e fascista governo de Trump. Nos países semicoloniais para onde o imperialismo pretende descarregar o grosso de sua crise, os explorados tem como tarefa lutar contra o saque, o fechamento de fábricas e a piora das condições de vida com a bandeira da Frente Única Anti-imperialista. O esgotamento mundial capitalista, do qual o tarifaço de Trump são a mais genuína e momentânea expressão, exige dos explorados de todo o mundo a urgente tarefa de impulsionar os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e lutar pela reconstrução da IV Internacional. capitalista, do qual o tarifaço de Trump são a mais genuína e momentânea expressão, exige dos explorados de todo o mundo a urgente tarefa de impulsionar os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e lutar pela reconstrução da IV Internacional.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Retomada da carnificina na Faixa de Gaza

Pelo fim imediato dos bombardeios e retirada das tropas israelenses do território palestino!

Acordo de cessar-fogo ditado por Trump resultou em uma armadilha à resistência palestina

1.482 palestinos foram mortos desde a quebra do cessar-fogo

50.846 palestinos tiveram suas vidas arrancadas pelos bombardeios israelenses

70% são mulheres e crianças

19 mil crianças foram trucidadas pelo Estado sionista

Milhões de famílias palestinas são deslocadas

Demolição das cidades, transformadas em escombros

Imposição da fome, doença e mutilação pela guerra sionista

O povo palestino é massacrado por defender o direito à autodeterminação

O Estado sionista de Israel e os Estados Unidos recorrem à barbárie para anexar a Faixa de Gaza

Os trabalhadores e a juventude oprimida brasileira e de todo o mundo têm o dever revolucionário de lutar pelo fim imediato da intervenção militar de Israel-Estados Unidos na Faixa de Gaza. Têm o dever de lutar pela expulsão das forças israelitas e dos colonos sionistas da Cisjordânia. Têm o dever de defender que os palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia se unam em uma só força sob a bandeira da autodeterminação. Têm o dever de denunciar a traição dos governos árabes, que se acham submetidos aos Estados Unidos e que são coniventes com o massacre perpetrado pela burguesia israelense e pelo imperialismo. Têm o dever de se colocar pela unidade dos povos oprimidos do Oriente Médio contra o domínio dos Estados Unidos e a militarização dos conflitos entre as nacionalidades. Têm o dever de lutar pelo fim dos ataques de Israel ao Líbano, Síria e Iêmen. Têm o dever de defender o Irã contra a guerra que Trump e Netanyahu ameaçam desfechar.

Somente a classe operária, os trabalhadores em geral e os povos oprimidos podem enfrentar a ofensiva militarista do imperialismo e impedir que a Faixa de Gaza seja anexada a Israel e colocada sob o controle dos Estados Unidos. Lutemos com todas as nossas capacidades pelo direito à autodeterminação do povo palestino e pela libertação das nações oprimidas do Oriente Médio do jugo dos Estados Unidos e potências aliadas.

Somente por meio da luta de classes e da organização independente dos explorados diante de qualquer variante da política burguesa, é possível combater e conter a ofensiva militarista dos Estados Unidos e aliados no Oriente Médio e em todo o mundo. Lutemos com nosso próprio programa anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

Somente empunhando o internacionalismo proletário e socialista, os explorados podem se unir e se tornar uma poderosa força social para combater a barbárie que emerge do capitalismo em decomposição e abrir um caminho de progresso e paz entre os povos. Não há outro meio de derrotar o imperialismo e toda a reação burguesa a não ser pela luta direta das massas em todo o país e em todo o mundo.

Trabalhadores e juventude oprimida, a retomada da matança na Faixa de Gaza, os bombardeios no Líbano, na Síria e no Iêmen, bem como a ameaça de guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, ocorrem em um momento de recrudescimento da crise mundial, causado pela política econômica, militar e geoestratégica do governo Trump. Ao mesmo tempo que planeja expulsar

os palestinos da Faixa de Gaza, pretende anexar a Groelândia e o canal do Panamá. Trump apresentou um plano de paz imperialista para a guerra na Ucrânia, que implica partilha, anexação e saque. Decretou as tarifas protecionistas que abrangem boa parte das economias. Dirige a guerra comercial contra a China com uma contundência típica de uma potência que se prepara a uma guerra bélica. A própria burguesia mundial se mostra atordoada e confusa quanto à perspectiva dos conflitos que estão em andamento e os que vêm se gestando.

Nossa luta pelo fim imediato da intervenção sionista de Israel na Faixa de Gaza, como se vê, faz parte de uma luta mais geral contra a dominação imperialista, que tem como pilar os Estados Unidos. Está claro que a organização de um movimento anti-imperialista é um imperativo urgente. É com essa arma que os explorados se unirão e se organizarão no campo da independência política, rechaçando a influência das direções sindicais e dos partidos que traem a causa dos trabalhadores.

Trabalhadores e juventude oprimida, a intervenção militar de Israel em outubro de 2023 logo se revelou estratégica. Isso por que expressou e expressa as tendências gerais da crise capitalista mundial. Eis por que tanto Biden quanto Trump se valem dos israelenses e dos palestinos para projetar e reforçar a sua dominação no Oriente Médio, que foi estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. Está mais do que confirmado que Israel foi constituído por um decreto da ONU em 1948 para servir de enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio, em substituição ao imperialismo inglês e francês, vencedores da Primeira Guerra. Essa condição histórica explica por que são 77 anos de guerra dos sionistas para se apossar integralmente da Palestina. O genocídio que é a forma atual da invasão da Faixa de Gaza e seu vínculo com outras nações do Oriente Médio é tão somente o ponto alto da implantação do Estado de Israel pela via das forças econômicas e militares do imperialismo. É contra essa força histórica opressora que os palestinos da Faixa de Gaza heroicamente se batem e resistem em defesa de sua nacionalidade.

Trabalhadores e juventude oprimida, o Partido Operário Revolucionário, sessão do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem dedicado suas forças em defesa da existência do povo palestino e de sua autodeterminação. Baseia-se na sucessão de choques e guerras, que evidenciam o caráter bárbaro do Estado sionista, cuja existência não dependeu de

uma real necessidade do povo judeu, mas sim da necessidade do imperialismo.

Os acontecimentos, ao longo do tempo, mostram que a derrota do sionismo será uma derrota do imperialismo norte-americano e europeu. Essa constatação é, portanto, de ordem histórica. O que implica reconhecer que a emancipação dos palestinos e seu direito à autodeterminação serão realizados no combate do proletariado e da maioria oprimida no curso da luta de classes, que leva às revoluções socialistas. A crise de direção é profunda. Essa é a razão pela qual o fator objetivo histórico parece distante, quando está mais do que perto e amadurecido.

Trabalhadores e juventude oprimida, o POR e o CERQUI lutam pelo fim do genocídio, pela derrota do imperialismo e pela autodeterminação do povo palestino, sob o programa e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É nesse marco que emerge o combate proletário Por uma República Socialista da Palestina! Essa conquista do futuro deita suas raízes no presente da luta pela integridade territorial da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. O sofrimento dos palestinos de Gaza não será em vão, se os explorados do Oriente Médio e de todo o mundo se unirem para combater no terreno da luta de classes o bárbaro imperialismo e o capitalismo em decomposição.

Trabalhadores e juventude oprimida, o POR tem consciência de que há um caminho pedregoso e espinhoso a percorrer. A situação convulsiva no Oriente Médio se agravará ainda mais com o objetivo dos Estados Unidos de esmagar o Irã. A situação con-

vulsiva na Europa está ganhando nova dimensão com a impossibilidade de se estabelecer uma paz sem anexação na Ucrânia e pelo fim do cerco militar da OTAN à Rússia. A situação convulsiva na Ásia está prestes ganhar força com as medidas econômicas de Trump contra a China. Tomados de conjunto, a classe operária e os trabalhadores em geral poderão ter a dimensão dos combates que o mundo tem pela frente. É preciso ter clareza, vontade política e coragem revolucionária para trabalhar sob a estratégia da revolução social, que por seu conteúdo de classe é proletária e por seu conteúdo histórico, socialista e internacionalista.

Trabalhadores e juventude oprimida, está nas mãos dos explorados a luta contra a barbárie que avança. Está nas mãos dos explorados libertar-se das direções sindicais e políticas, colaboracionistas e traidoras, que acabam se curvando diante das burguesias e do imperialismo. Está nas mãos dos explorados superar a crise de direção, fortalecendo o partido revolucionário e impulsionando a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Toda força à luta contra o genocídio do povo palestino!

Toda força pela derrota da política de dominação sionista e imperialista!

Toda força à luta pela autodeterminação do povo palestino!

Toda força ao objetivo histórico de uma República Socialista da Palestina!

Manifestação pelo Dia da Terra Palestina

Aconteceu no dia 29 de março uma manifestação em SP, convocada pela Frente Palestina São Paulo, em homenagem ao Dia da terra palestina. Contou com algumas poucas centenas de pessoas e marchou da Praça Oswaldo Cruz, na Av. Paulista, até a Praça Estado da Palestina, próximo à 23 de Maio.

De maneira geral, o ato manteve o caráter dos chamados anteriormente, sendo composto pelas mesmas pessoas que costumam participar, ligada aos partidos e organizações que compõem a Frente. As centrais sindicais, incluindo a Conlutas que faz parte da organização dessa Frente, não colocaram peso na manifestação tendo algumas mandando apenas representações. A ausência dos trabalhadores organizados desde os seus locais de trabalho tem sido apontada pelo POR como um entrave na luta em defesa dos palestinos e contra o genocídio que vem sendo praticado pelo Estado sionista de Israel.

Os acontecimentos na Palestina determinam o caráter do apoio e da luta que se desenvolve nos outros países, incluindo o Brasil. O que vimos no último período foi o rompimento do cessar-fogo por parte de Israel, que voltou a carnificina nas terras palestinas com força ainda maior que no ano passado. Os bombardeios em escolas e hospitais, a mortandade de crianças, as prisões e a ofensiva na Cisjordânia ocupada, de conjunto, determinam a necessidade de uma luta de morte contra a barbárie sionista e a hipocrisia de um setor da burguesia que é contra o massacre em palavras, mas que não se movimenta para conter a matança. Esse caráter, de necessidade de uma luta urgente, unitária, massiva e organizada se choca, no entanto, com o bloqueio das direções políticas que travam a luta.

Cada país tem suas particularidades em relação a essas travas, mas no Brasil, é clara a subserviência das direções sindicais, estudantis e populares ao governo de frente ampla de Lula/Alckmin. Bloqueiam a luta pois sabem que o crescimento desta poderia se desenvolver e se transformar em choque com o governo. Seja na questão palestina propriamente dita, já que esse governo se coloca

contra o genocídio apenas em palavras, mas não aplica nenhuma medida concreta contra Israel, seja em relação à política geral do governo, que tem cada vez mais atacado os trabalhadores em sua política econômica pró-capitalista. É a partir desse problema que emerge a defesa do POR de que a Frente Palestina São Paulo, bem como as outras frentes pelo país, trabalhem para romper a paralisia das direções políticas.

A manifestação terminou com uma ação simbólica de plantio de mudas de Oliveiras na praça Estado da Palestina. A intervenção do POR, que transcrevemos abaixo, se orientou à necessidade de retomar o movimento de massa em defesa dos palestinos e pelo fim do Estado sionista e genocida de Israel.

Transcrição da intervenção do POR

Bom dia companheiros, bom dia companheiras. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Uma coisa importante que temos que deixar marcado aqui, é que o que acontece hoje na Palestina é uma situação exemplar do que está por vir, do que vai acontecer com as massas oprimidas do mundo todo, se o capitalismo e se o imperialismo permanecer por um longo período. Ou seja, as massas árabes, as massas do Oriente Médio, da África, da América do Sul e da América Central tendem a sofrer uma barbárie cada vez maior enquanto o capitalismo durar, enquanto o imperialismo permanecer.

Por isso, desde já, a nossa luta deve ser anti-imperialista, por uma frente única anti-imperialista que possa combater todas as suas ações em todos os níveis, que é no nível da matança e da barbárie direta, como está acontecendo agora na Palestina, mas no nível econômico, no nível da opressão, no nível das anexações que o imperialismo promove no mundo todo.

A situação atual da Palestina, de matança, de violência etc., que dura desde outubro de 2023, nesse momento tem um agravante. O agravante é o refluxo do movimento de massas internacional. Nós podemos brigar com tudo, mas não podemos brigar com a realidade e a realidade mostra para a gente que o movimento de massas refluiu. Aquelas manifestações de milhares, aqueles milhões que nós vimos nas ruas no final de 2023 e começo de 2024, isso diminuiu.

E isso é um agravante, por quê? Porque as massas palestinas só podem contar com duas forças. A primeira força são as forças próprias dos palestinos. São aqueles que estão com armas na mão no território palestino. A segunda força que os palestinos podem contar é com as massas de todos os países, com as massas em luta nas ruas e com seus métodos próprios. Os palestinos não podem contar com a ONU, os palestinos não podem contar com o Tribunal Penal Internacional e os palestinos não podem contar com os governos burgueses de qualquer cor. Porque mesmo aqueles que dizem que apoiam os palestinos, mesmo aqueles que dizem que é um genocídio, na prática não movem uma palha para romper as relações e para bloquear as compras de armas e as relações políticas.

Por isso, camaradas, nós dizemos que aquela bandeira, a bandeira importante de que o Lula rompa as relações com Israel, não

vai se realizar na base da súplica e do pedido. Ela precisa ser imposta. E como que faz isso? Se nós queremos, que o governo brasileiro tenha uma ação econômica em relação à Israel, nós precisamos também lançar mão de uma ação econômica contra o governo brasileiro para que ele saia da passividade, para que ele coloque seu aparato, para que ele coloque sua força para romper as relações políticas com Israel.

Por isso, as direções sindicais, as direções políticas do movimento têm um papel muito importante. Eles não podem mais ficar no apoio passivo, no apoio nas redes sociais, lançando um manifesto e carta de repúdio, quando na verdade, eles têm que colocar seu aparato na rua, na luta. Para que o Lula rompa as relações políticas e econômicas com Israel é preciso bloquear as ruas, é preciso fazer greve, é preciso bloquear os aeroportos, é preciso bloquear os portos. E não conseguimos fazer isso se não tirar as direções sindicais da passividade que se encontram nesse momento.

Por isso, camaradas, seguimos na rua, com essa manifestação muito importante, mas ela tem a tarefa de defender que as organizações de massas saiam da passividade e passem para a luta concreta e para a ação direta.

Saudações, camaradas, seguimos na luta!

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

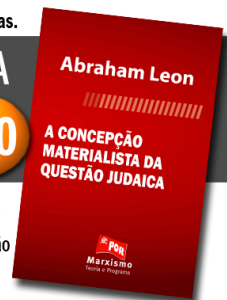
Adquirar já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquirar já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Argentina

Alerta a todos os trabalhadores do país e do mundo:

*A catástrofe que estamos vivendo pode ser pior se não a pararmos a tempo
A classe operária tem a responsabilidade de enfrentar a decomposição
capitalista com sua própria política*

Estamos diante de um forte agravamento da crise internacional devido à ofensiva de Trump para recuperar o lugar hegemônico dos EUA a qualquer preço. A burguesia das potências e dos países atrasados se debatem como responder. O que sabemos é que tentarão descarregá-lo nas costas dos trabalhadores, da maioria oprimida.

A aguda decomposição capitalista levou a principal potência a adotar medidas ultra protecionistas, quebrando a política de globalização e liberdade de comércio, que quis implementar nas últimas décadas. É muito provável que essas medidas provoquem recessão, aumento dos preços, desaceleração da economia, mais desemprego e precarização para os trabalhadores, inclusive nos EUA. O agravamento da guerra comercial e o desespero para garantir minerais e todos os recursos fortalecem as tendências à guerra.

A classe operária deve reagir em todo o mundo enfrentando essas políticas e suas consequências desastrosas que podem levar

a humanidade a um caos ainda maior do que o que já vivemos e do qual será mais difícil sair. "É imperativo defender os salários e as aposentadorias, para que os capitalistas não continuem a destruir o valor da força de trabalho, para impedir o fechamento das fábricas, as demissões, as suspensões, lutando por emprego para todos. A classe operária tem de tomar em suas mãos a luta pela defesa das indústrias, reagir à entrega e à pilhagem dos recursos nacionais e combater todas as formas de rapinagem financeira. A classe operária e a maioria oprimida devem se colocar a tarefa de tomar a direção da economia em suas próprias mãos e estabelecer o seu planejamento com base às reais necessidades. Está posto o objetivo histórico de acabar com o poder dos capitalistas que, em sua agonia, levam à destruição da humanidade.

O governo de Milei está indo contra a situação mundial eliminando fronteiras, reduzindo tarifas, desprotegendo e destruindo a indústria. Endividando mais o país para camuflar por um tempo as consequências de sua política desastrosa. Proclamando

sua submissão aos EUA, aos quais promete entregar tudo o que lhe pedem e comemorando sua política tarifária. Assumindo mais dívidas para que a especulação financeira possa garantir que será capaz de receber todos os dólares de que precisa. Em troca, mais ajustes contra a população para satisfazer os credores.

Em meio à crise, viajou para os EUA para pedir ajuda num discurso antinacional no Dia das Malvinas, ignorou todas as reivindicações de soberania e, entre todos os seus disparates, assumiu a posição inglesa sobre o voto das malvinenses, impedindo a presença de ex-combatentes na cerimônia. Até que ponto a burguesia chegou para apoiar esta coisa grotesca como presidente?

Estamos diante de um governo acabado, sua única bandeira é ter baixado as taxas de inflação, que agora está comprometida devido à pressão de desvalorização pela queda imparável das reservas do Banco Central. Uma desvalorização do peso empurrará os preços de volta para uma espiral ascendente, mesmo que não haja demanda.

Por isso, é fundamental que os trabalhadores tomem suas mãos a greve geral de 10 de abril e a mobilização de 9 de abril junto com os aposentados. Realizando assembleias, plenárias, reuniões, para garantir uma manifestação contundente. Debatendo como a luta continua, quais serão as próximas medidas. O objetivo é derrotar Milei e sua política, para que ele não cause mais danos e recuperemos as condições de vida e trabalho da maioria. Recuperar empregos, investimento em obras públicas, os orçamentos da saúde, educação e ciência.

Devemos ter outra política: romper com o FMI, seus programas e dívida externa fraudulenta. Acabar com a jogatina financeira que suga nosso sangue, nacionalizando os bancos e o comércio exterior. Acabando com o saque e a entrega de nossos recursos. Devemos industrializar o país, desenvolvendo nossas forças produtivas que hoje estão bloqueadas pela grande propriedade dos meios de produção nas mãos de um punhado de multinacionais e grandes corporações nacionais que saqueiam tudo para multiplicar seus lucros afundando a economia nacional.

Com essas bandeiras, com essas posições, intervimos na preparação da mobilização e da greve convocadas pela CGT. Estas medidas estão em nosso terreno, por isso temos de tomá-las como próprias para ir muito além do que a liderança burocrática da CGT pode pretender.

Rejeitamos todas as políticas de boicote, ou paralelismo, ou de criação de colunas separadas ou de desrespeito aos sindicatos e às centrais, que são as organizações dos trabalhadores. É de fundamental importância atacar o governo com um único punho. As lutas setoriais, por mais radicais e consistentes que sejam, não são suficientes. É necessário potenciar a resposta unitária dos trabalhadores. Manobras mesquinhas e divisionistas servem apenas à burocracia.

Embora o movimento operário seja dirigido e controlado pela burocracia, a burguesia trabalha todos os dias para impedir greves e mobilizações e qualquer demonstração de unidade de classe. Não quer que eles se tornem uma referência, um canal para a expressão da raiva da maioria.

Certamente, a direção da CGT está chamando porque sente a pressão das bases, as mobilizações extraordinárias dos últimos meses e a combatividade diante das ameaças e da repressão. E não pretende ir além dessas medidas. Mas, tudo depende da maior pressão e politização que o movimento adquira.

Os esforços para colocar as massas no circo eleitoral por enquanto não funcionam, não há o menor entusiasmo pelas urnas.

A extraordinária crise internacional e a falência do governo geram a maior pressão, colocando na ordem do dia a luta política contra o imperialismo, pela soberania nacional, que só pode ser dirigida pela classe operária com suas próprias políticas, com seu programa, com suas organizações sindicais e políticas estruturando e dirigindo a frente única anti-imperialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 477, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolívia - nossa resposta ao suposto documentário do governo:

Pare de inventar estupidezes para ocultar seu fracasso político reformista burguês!

O POR, em seus 90 anos de luta (1935-2025), não foi, nunca foi, nem será um partido golpista e muito menos aspirar a fazer parte de um governo burguês com ministros

Como parte de um plano de repressão política contra seus opositores, o governo Arce (MAS) lançou um "documentário", onde cinicamente lança a calúnia de que o POR e o professor José Luis Álvarez teriam feito parte da aventura golpista do general Zúñiga e que, parte do suposto plano, era nomear o Prof. Álvarez como ministro da Educação.

A grosseira manobra busca desviar a atenção dos bolivianos da incapacidade do governo resolver a crise econômica que castiga a maioria nacional.

O POR, em seus 90 anos de história, reafirma que só chegará ao poder à frente da revolução, protagonizada pela nação oprimida, encabeçada pela classe operária e não pela via de qualquer aventura de golpe de Estado ou autogolpe.

O POR tem um programa e princípios firmes por meio dos quais seus militantes são formados, e estes não se vendem nem se alugam a nenhum aventureiro que vicejam no país.

Em seus 90 anos de luta consequente pela revolução proletária, o POR tornou-se a reserva moral da classe operária e dos oprimidos do país, infestado de políticos oportunistas, corruptos

e entreguistas que não têm escrúpulos em dar todos os tipos de cambalhotas para ganhar o poder.

O presidente Arce, por ocasião da morte de nosso camarada Miguel Lora, fundador da URMA, ex-líder das Federações de Professores Urbanos de La Paz e Cochabamba, fez uma declaração: "Lamentamos a morte de Miguel Lora, um grande e histórico líder sindical, que lutou incansavelmente pela classe operária e sempre manteve intactas suas convicções revolucionárias"; reconhecendo qual é a conduta dos militantes do POR, mas agora, sai com essa estupidez de nos enredar no maluco golpe ou autogolpe de 26 de junho, o que evidencia a falsidade de tal documentário.

JOGUE SEU DOCUMENTÁRIO ONDE ACHAR MELHOR, POIS O PROLETARIADO E O POVO BOLIVIANO NÃO SE ENGANAM. OS EXPLORADOS BOLIVIANOS SABEM DE QUE MATERIAL SÃO FEITOS OS TROTSKISTAS.

*Pelo Comitê Central do POR:
Alfonso Velarde Chávez.
La Paz, 11 de abril de 2025*

Os grandes perdedores da guerra Rússia-Ucrânia: os povos do mundo que pagarão a conta da crise da guerra

Os beneficiários: as multinacionais que fazem da guerra um negócio

Já estamos sofrendo o impacto da guerra sobre a economia mundial e boliviana. Em que há grandes beneficiários, como as poderosas empresas de armamentos norte-americanas, como os bancos, bem como as grandes multinacionais do petróleo, gás e minerais. Na Bolívia, estão esfregando as mãos as grandes mineradoras e petrolíferas estrangeiras como San Cristóbal, Manquiri, Repsol, Petrobras, Total, British Gas, cooperativas de ouro e agroindustriais do Oriente, que terão seus bolsos estourados com os lucros extraordinários. Mas, como a história nos ensina, são as grandes maiorias do planeta as que sempre pagarão a conta, e arcarão com as consequências de todas as guerras e crises econômicas.

O aumento dos preços das matérias-primas e alimentos (trigo, milho, carne, etc.) agravará a miséria da ampla população empobrecida. O fenômeno inflacionário global encarece as importações dos produtos que compramos do exterior (ferramentas, peças de reposição, eletrodomésticos, telefones celulares, etc.).

EXIGIMOS QUE O C.O.B. DEFENDA OS INTERESSES DOS TRABALHADORES BOLIVIANOS ORGANIZANDO A LUTA CONTRA AS IMINENTES MEDIDAS GOVERNAMENTAIS QUE PRETENDERÃO DESCARREGAR SOBRE A JÁ GOLPEADA ECONOMIA DOS TRABALHADORES DO PAÍS, MAS NÃO SOBRE A DOS SEUS PRINCIPAIS PARCEIROS CAPITALISTAS BOLIVIANOS E ESTRANGEIROS.

Posição dos trabalhadores sobre a guerra Rússia-Ucrânia:

NÃO À GUERRA, FORA DA EUROPA, DISSOLUÇÃO IMEDIATA DA OTAN, POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÕES. SUSPENSÃO DAS SANÇÕES ECONÔMICAS DO IMPERIALISMO CONTRA A RÚSSIA. PELA AUTODETERMINAÇÃO DE UMA UCRÂNIA LIVRE E SOVIÉTICA.

O sistema capitalista mundial sempre promoveu guerras e invasões imperialistas de outros países, impulsionado pela necessidade de se apropriar dos seus territórios ricos em recursos naturais e mão de obra barata. Nesse confronto, as potências imperialistas do Ocidente, lideradas pelos Estados Unidos, buscam áreas de in-

fluência política e militar para maior domínio da economia mundial e da região das ex-repúblicas soviéticas, até chegarem às próprias fronteiras russas com o objetivo de instalar bases militares, apesar do Protocolo de Minsk de setembro de 2014, cuja finalidade era acabar com a guerra no leste da Ucrânia e assinada por representantes da Ucrânia, da Federação Russa, da República Popular de Donetsk e da República Popular de Luhansk. A provocação da OTAN, liderada pelos EUA, provocou a resposta militar russa de invadir a Ucrânia, atacada pelo bloco imperialista. Esta Rússia, que não é mais socialista, governada por uma oligarquia burocrática reacionária parida pelo estalinismo contrarrevolucionário que renunciou ao socialismo destruindo a URSS de Lenin e Trotsky. Hoje, um punhado de magnatas bilionários entre os quais a nova burguesia russa se está incubando, tendo a sua frente Putin, impulsionam o processo de restauração capitalista de sua economia, na forma de capitalismo de Estado, buscando recuperar sua influência em todo o território do que foi historicamente o império russo dos czares.

A classe operária não tem fronteiras, mas quem está interessado em defender os limites da fronteira é a classe dominante, porque suas propriedades, bancos, fábricas têm bandeira. É o capitalismo que engendra as guerras, é a sua mãe, aquela que carrega consigo no seu seio a violência contrarrevolucionária contra os povos e toda a humanidade. Se quisermos acabar definitivamente com as guerras, devemos acabar com o sistema capitalista.

UNIDADE DOS TRABALHADORES DO MUNDO PARA ENTERRAR O IMPÉRIO DAS MULTINACIONAIS

PELA VITÓRIA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM TODO O PLANETA

Extraído do Jornal Massas, nº 2830, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

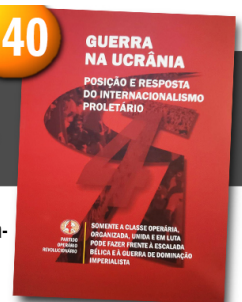
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

**RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO
SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL**



Trotsky

Formulações de Trotsky sobre a paz sem anexação

No Jornal Massas nº 736, expusemos as formulações de Lênin sobre a paz sem anexação. Sem dúvida, a resposta do dirigente bolchevique é a mais precisa e a que expressou a linha prática marxista sobre a guerra na época imperialista do capitalismo. Constatamos o trabalho de propaganda e agitação dos bolcheviques no seio do proletariado, dos soldados e, em particular, no interior dos soviets. A defesa da paz sem anexação se elevou como um guia prático para a materialização da concepção marxista da guerra.

Antes e depois da tomada do poder pelo proletariado em outubro de 1917, se verifica a consistência da linha do bolchevismo no combate à Primeira Guerra Mundial, que marca o início do imperialismo como fase superior do capitalismo. O Informe de Lênin ao II Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia sobre o decreto de paz do governo revolucionário, dirigido aos “Povos beligerantes e a seus governos” para que iniciassem negociações imediatas para uma paz justa e democrática, “uma paz sem anexações e sem compensações”, correspondeu à coerência da linha que sustentava a bandeira da paz sem anexação. Coerência que expressava o programa e a estratégia da revolução proletária, socialista.

A luta da fração bolchevique contra a capitulação da II Internacional e a tese do derrotismo aplicável à própria Rússia convulsionada assentaram a base da concepção marxista-leninista sobre a guerra na época do capitalismo em decomposição. A questão da paz assume uma importância decisiva para o desenvolvimento das diretrizes do internacionalismo proletário. O triunfo da revolução confirmou definitivamente a justeza dessa estratégia, que condicionava a tática da luta de classes nas condições de guerra. Os bolcheviques alcançaram a compreensão, por meio das formulações precisas de Lênin, sobre os vínculos entre a guerra e a paz.

Em nossa apresentação no Jornal Massas anterior, evidenciamos os choques das formulações de Lênin com as dos mencheviques, que estavam no poder, em torno ao conteúdo de classe da bandeira da paz sem anexação. Os acontecimentos deram inteira razão aos bolcheviques em suas críticas e denúncias de que o governo provisório, surgido da Revolução de Fevereiro de 1917, e seus partidos aliados não podiam sustentar a bandeira da paz sem anexação, uma vez que estavam submetidos a um alinhamento com uma das frações da burguesia imperialista e combatiam a revolução socialista que se potenciava.

Estando amarrados à Entente montada pela Inglaterra e França na guerra contra a Alemanha, os mencheviques e demais forças que sustentavam o governo contrarrevolucionário de Kerensky inevitavelmente estavam subordinados à guerra de partilha e anexações. Não podiam travar o combate pela autodeterminação das nações oprimidas. A bandeira de paz sem anexação se tornava uma fraude oportunista nas mãos dos mencheviques que precisavam canalizar a revolta das massas e dos soldados que não viam perspectivas de finalização da guerra. Os bolcheviques tiveram, portanto, de demonstrar na prática que os socialpatriotas eram coniventes com a opressão nacional exercida pelo imperialismo e com a guerra de dominação.

O desenvolvimento da guerra mundial e o processo revolucionário no interior da Rússia permitiram ao partido bolchevique apresentar um caminho que de fato levava à paz sem anexação e ao real direito à autodeterminação das nações oprimidas.

Em novembro de 1918, um ano depois da Revolução Russa, as potências europeias vencedoras, com a participação dos Estados Unidos, ditaram um armistício e as negociações para uma discussão sobre a paz, que concluiria com o Tratado de Versalhes, em

junho de 1919. Assim se estabelecia a primeira partilha do mundo, as anexações e as reparações de guerra. A bandeira da paz sem anexação permaneceu inteiramente nas mãos do partido bolchevique e do Estado operário que havia sido implantado.

A constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1922, depois de esgotada a guerra civil e vencido as forças intervencionistas do imperialismo, conferiu um valor histórico à bandeira da paz sem anexação. As repúblicas soviéticas que constituíram a URSS expressaram a plenitude da luta proletária pela autodeterminação das nações oprimidas e pelo direito de separação. A confluência de nações que se libertaram das cadeias de dominação do império czarista para unir suas forças na formação da URSS somente foi possível devido à orientação bolchevique em meio à guerra imperialista. A paz sem anexação e o direito à autodeterminação estiveram no cerne da revolução social.

A derrota do oportunismo que chegou a se valer da bandeira da paz sem anexação comprovou nos acontecimentos a nova linha do marxismo diante das guerras na fase do capitalismo imperialista. A paz imperialista de Versalhes foi a negação da paz sem anexação e a demonstração de que somente o proletariado pode colocá-la em prática em sua luta pela revolução socialista. Como a revolução não triunfou na Alemanha – os bolcheviques esperavam que ocorresse –, a aliança imperialista vencedora pôde ditar a paz de Versalhes. A bandeira de paz sem anexação passou a fazer parte da orientação internacionalista do proletariado.

É nesse processo e nessas condições históricas que Trotsky responde à questão da guerra imperialista e da paz. No VI Congresso do Partido Bolchevique, realizado em final de julho e início de agosto de 1917, Trotsky integra-se à organização dirigida por Lênin, de forma que havia completa concordância com a orientação sobre a guerra imperialista e a paz sem anexação. Dois meses antes, em maio de 1917, Trotsky escreve um artigo contestando a farsa menchevique e do governo provisório sobre a paz sem anexação. Os escritos antecedentes sobre a paz evidenciam sua compreensão sobre a importância de ter um posicionamento marxista.

Como Trotsky defendeu o programa da paz sem anexação em contraposição às fraudes mencheviques

A elaboração de Trotsky, pouco antes da tomada do poder pela classe operária na Rússia, de que dispomos, data de julho de 1917. O artigo “A Paz e a Reação”, abre a coletânea “A Luta pelo Poder”. A constituição de um governo de coligação em torno a Kerensky tinha por pressuposto colocar fim à guerra. A questão internacional refletia poderosamente sobre o processo contraditório da revolução e contrarrevolução. Uma fração da burguesia, que influenciava o governo, advogava manter a política ofensiva da guerra. Tratava-se de uma linha de submissão total à aliança imperialista da Entente. Setores da pequena burguesia advogavam convencer os aliados a chegar a um acordo de pacificação. Os mencheviques, assim, pretendiam que o governo burguês e pró-imperialista de Kerensky assumisse a defesa da pacificação, portanto, do fim da guerra.

Trotsky descreve esse momento para indicar a falsificação dos pacifistas pequeno-burgueses. Era preciso, portanto, atacar, desmanchar e desmascarar o imbróglio. As confusões diante da guerra imperialista serviam às forças burguesas em seu propósito de liquidar com a revolução que se fortalecia.

É nessas condições que Trotsky bombardeia a farsa menchevique da paz sem anexação. Eis: “Os democratas pequeno-burgueses, que se diziam ‘socialistas’, entraram no governo para, ‘sem o isolar’ da grande burguesia e de seus aliados imperialistas, terminar a guerra o mais depressa possível e com os menores danos possíveis para todos os beligerantes, sem anexações, sem indenizações, nem recompensas e até mesmo com a garantia da autodeterminação nacional”.

Não era um problema para o governo fazer concessões verbais a essa fração aliada, uma vez que estava comprometida com a marcha da contrarrevolução, lutando contra os bolcheviques. Aí está o ponto de partida da crítica de Trotsky à paz sem anexação. Referia-se à força pequeno-burguesa que se vestia dessa bandeira para sustentar o governo burguês. A Entente simplesmente desconheceu as reclamações dos democratas pequeno-burgueses, oferecendo ao governo provisório apenas a garantia de que não haveria um revisão do acordo de setembro de 1914, que consistia no “compromisso de não assinar a paz separada”. De qualquer forma, os mencheviques necessitavam da bandeira da paz para manter a classe operária, os camponeses e os soldados subordinados à política pró-imperialista do governo provisório.

Em 27 de março de 1917, o soviete de Petrogrado aprovou o manifesto “Aos Povos de todo o Mundo”, em que clamava “por uma paz democrática”. Trotsky assinala “o desejo demonstrado pelas massas de uma paz imediata e ‘justa’”. Havia, portanto, que desmontar a farsa da “paz democrática”, que tinha por função justificar a preparação da ofensiva militar. Eis a explicação de Trotsky em um artigo de setembro de 1917, “O Exército e a Revolução”: “Todo o poder da democracia do socialismo revolucionário e menchevique foi consagrado para impor a ofensiva e essa ofensiva encheu completamente de contradições e de falência desse regime, que os dirigentes filisteus se dedicaram em apoiar com toda a sua evidente ingenuidade”. (...) “A burguesia e seus generais consideraram depois a ofensiva e a questão da paz sob a perspectiva de sua política interna, ou seja, diante do avanço da contrarrevolução”.

O general Kornilov se manifestou no sentido de que naquele momento não seria possível obter a paz. Em outras palavras, o governo deveria dar continuidade à guerra. Trotsky denuncia: “E se, para alcançar tal objetivo, se tornasse necessário estabelecer uma paz separada, é evidente que a burguesia concluiria, sem hesitar uma paz desse gênero”.

De passagem, apontamos a importância do capítulo IX “O direito dos povos de dispor eles mesmos e a revolução proletária”, do livro “Entre o imperialismo e revolução”, escrito em 1921. A guerra havia terminado cerca de dois anos e meio, mas internamente a guerra civil se concluía. A questão da autodeterminação das nacionalidades oprimidas ganhava uma dimensão libertadora. Realizava-se uma pacificação no terreno da revolução vitoriosa. No marco da explicação de que não se tratava de transformar a tarefa democrática da autodeterminação em “um dogma absoluto”, nem considerá-la “superior a outras necessidades e tarefas históricas”, Trotsky procurou estabelecer o lugar preciso da libertação das nacionalidades oprimidas dos grilhões do império czarista.

Conclui: “O reconhecimento pelo Estado operário do direito dos povos a dispor eles mesmos é por si o reconhecimento de que a violência revolucionária não é um fator histórico todo poderoso. A República soviética não se dispõe a substituir com suas forças armadas os esforços revolucionários do proletariado de outros países. A conquista do poder do proletariado deve ser o fruto de sua própria experiência. Isso não significa que os esforços revolucio-

nários dos trabalhadores – da Geórgia, por exemplo – não possam encontrar ajuda armada do exterior. Essa ajuda deve chegar no momento em que a necessidade se consolide pelo desenvolvimento anterior e amadureça na consciência da vanguarda revolucionária sustentada pela simpatia da maioria dos trabalhadores”. A experiência da Geórgia foi definitiva nesse sentido.

Nesse terreno, o poder proletário instalado na Rússia agiu de acordo com os fundamentos da luta de classes. Trotsky refere-se a ação política que permitiu a consolidação da paz interna. Essa passagem é exemplarmente significativa: “A paz nacional da Transcaucásia, obtida graças à revolução soviética, é por si mesma um fato de imensa importância tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista da civilização. Dessa forma, é como se cria e se desenvolve o internacionalismo verdadeiro, vivo, que podemos opor sem medo às dissertações vazias e pacifistas com as quais os representantes da II Internacional complementam o patriotismo de suas distintas nações”.

Observa-se que essas formulações, em grande medida, se ativeram a princípios gerais. Há, no entanto, um conjunto de formulações que indica o caminho da prática. Encontra-se no livro “A Guerra e a Internacional”, editado em novembro de 1914. No último capítulo “A Época Revolucionária”, a questão da paz é tratada com um conjunto de bandeiras: “Uma paz que não resulte da vontade do povo, mas sim do esgotamento mútuo dos beligerantes, será uma paz como a que se pôs fim à guerra balcânica; será uma paz de Bucareste estendida a toda a Europa (...) semelhante paz buscaria remendos novos para as contradições, antagonismos e deficiências, que nos conduziram à presente guerra”. Resposta: “Imediata cessação da guerra” (...) “O proletariado não pode tornar sua vontade de paz dependente de considerações estratégicas dos Estados gerais. Ao contrário, deve opor seu desejo de paz a essas considerações militares. Aquilo que os governos em guerra denominam uma luta pela própria conservação nacional, é na realidade um mútuo aniquilamento nacional. A real e própria defesa agora consiste na luta pela paz. (...) Semelhante luta pela paz significa para nós, não só uma luta para salvar o material humano e os patrimônios culturais de posteriores destruições insanas. É para nós uma luta principalmente para conservar a energia revolucionária do proletariado. Para unir as fileiras do proletariado em uma luta pela paz, é preciso colocar as forças do socialismo revolucionário contra o raivoso e demolidor imperialismo”.

Trotsky estabelece as bandeiras: “Nada de indenizações. Direito para todas as nações de governar-se por si mesmas. Estados Unidos da Europa ... sem monarquias, sem exércitos permanentes. Sem castas feudais governantes. Sem diplomacias secretas”. Trotsky coloca, assim, a questão da paz no terreno prático: “Agitação pela paz, a qual deve ser realizada simultaneamente com todos os meios à disposição da democracia social (...), não só arrancará os trabalhadores de seu hipnotismo nacionalista (...). Cada dia que a guerra dure trará novas massas para a nossa bandeira, se for a bandeira de paz e democracia. O caminho mais seguro pelo qual a democracia social pode isolar a reação militarista na Europa e obrigá-la a tomar a ofensiva, é o seu grito pela paz”.

Trotsky faz a defesa da estratégia de paz do proletariado, combatendo a farsa dos mencheviques sobre a paz sem anexação

No documento “O Programa de Paz”, de maio de 1917, Trotsky analisa em maiores detalhes como os mencheviques e os socialistas revolucionários necessitavam da bandeira de paz, formulada como paz sem anexação, para justificar suas participações e apoio à política de guerra do governo provisório. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Miliukov, havia exposto francamente o caráter

pró-imperialista do governo provisório em maio. O que causou uma crise política. Nessas condições, relata Trotsky, que o “Governo Provisório (segunda versão) declarou que tinha a intenção de salvar a paz sem anexações, sem indenizações de guerra e com a garantia do direito à autodeterminação nacional”.

Trotsky passa a combater a manobra dos democratizantes pequeno-burgueses, que precisavam da bandeira da paz para manter as massas e os soldados descontentes, e que se dirigiam no sentido das posições do bolchevismo. Era preciso limpar o terreno da sujeira do governo provisório para que o proletariado compreendesse a linha revolucionária dos bolcheviques em relação à guerra imperialista e, em particular, à luta pela paz. Trotsky denuncia: “Os governantes sentem a necessidade imperiosa da paz. Mas, ao mesmo tempo, a temem, porque sabem que o dia em que comecem as conversações será também o dia dos ajustes de conta”. (...) “Qualquer que seja o objetivo pelo qual se tome o programa da ‘paz sem anexações’ dirigido aos aliados (...), esse programa nos inspira uma total desconfiança”. (...) “Nessas condições, seria um crime de nossa parte convencer as massas para que lhe outorguem sua confiança na Conferência de Estocolmo e desviar a atenção do único caminho, isto é, da via revolucionária, para a paz e a fraternidade dos povos”.

Estabelecida a linha de ataque à farsa dos democratizantes, Trotsky apresenta a linha proletária. Eis: “Um programa de paz, para nós, é um programa de luta revolucionária levada adiante pelo proletariado contra as classes dirigentes”. (...) “Marchar à altura do movimento da história só é possível por meio de um partido que elaborou seu programa e sua tática sobre o desenvolvimento da luta social e revolucionária mundial, levada adiante, em primeiro lugar, pelo proletariado europeu”. Trotsky se refere aqui a posição dos bolcheviques nas Conferências de Zimmerwald (setembro de 1915) e Kienthal (abril de 1916). Momento em que a posição socialchauvinista da fração majoritária da II Internacional expôs a traição ao marxismo.

Está claro que o objetivo desse embate era o de revelar a hipocrisia dos partidários do governo provisório que se utilizavam da bandeira da paz sem anexação e da autodeterminação das nações oprimidas. Havia de se expor o conteúdo revolucionário, proletário, do objetivo de acabar com a guerra e de estabelecer uma paz sem anexação. E foi isso que Lênin fez à frente do bolchevismo.

Observa-se o método de separar a posição de classe diante da questão da guerra e da paz. Respondendo à pergunta “O que é o Programa de Paz”, Trotsky faz a cortante diferenciação: “Do ponto de vista das classes possuidoras e dos partidos que a servem, é a totalidade das exigências cuja realização foi confiada ao militarismo”. (...) “Para o proletariado revolucionário, o programa da paz não expressa as exigências que devem realizar o militarismo, mas as que os trabalhadores revolucionários querem ligar à sua luta contra o militarismo de todos os países”.

Nota-se que a questão da paz é parte de um programa, cujo conteúdo ou é burguês, ou proletário. No primeiro caso, a paz sem anexação servia de máscara à imposição das forças imperialistas vencedoras. Em termos hipotéticos, Trotsky demonstra que tanto no caso da “vitória decisiva de um dos campos”, como no do “esgotamento geral dos beligerantes” a paz implicaria a partilha e a anexação. Na terceira hipótese, implica que o “proletariado inter-

nacional se subleve com tal força que paralise e detenha a guerra. É evidente que ao manifestar semelhante vigor, não se limitará a realizar um programa puramente conservador”. Conclui: “Portanto, a realização de uma paz sem anexação supõe, em todos os casos, um poderoso movimento revolucionário”.

Estava, assim, definitivamente comprovado que o programa da pequena burguesia era “miserável em relação ao que poderia ser”. Ou seja, propunha voltar ao status quo anterior ao início da guerra. Distintamente, “em sua luta contra o imperialismo, o proletariado não pode fixar como objetivo a volta ao velho mapa europeu, deve promover seu próprio programa de relações governamentais e nacionais respondendo às tendências fundamentais do desenvolvimento econômico, do caráter revolucionário da época e dos interesses socialistas do proletariado”. (...) “O centro de gravidade da questão se encontra na realização do programa proletário de paz e da revolução social”. Nesse mesmo sentido, “o direito à autodeterminação não deve ser separado do programa proletário de paz, mas não pode pretender um significado absoluto. Ao contrário, está limitado, para nós, pelas tendências progressivas do desenvolvimento histórico”.

A síntese programática que inclui a política de paz do proletariado se encontra na seguinte passagem: “Os Estados Unidos da Europa, sem monarquia, sem exército permanente e sem diplomacia secreta, esta é a cláusula mais importante do programa de paz proletário”. (...) “O programa revolucionário implica a destruição da forma antidemocrática de uma união realizada mediante a violência. Em outras palavras, nossa bandeira sem exército permanente e sem monarquia é uma bandeira unificadora e diretriz da revolução europeia”. (...) “A unificação republicana e democrática da Europa, única capaz de garantir o desenvolvimento nacional, somente pode ser realizada pela via da luta revolucionária contra o centralismo militarista, dinástico e imperialista e pelo levante das distintas nações”. (...) “Consequentemente, os Estados Unidos da Europa representam, antes de tudo, a única forma imaginável da ditadura do proletariado europeu”.

Em um comentário de 1922, Trotsky precisa a questão da unidade europeia, baseando-se na experiência da Revolução Russa e do estabelecimento da República Soviética. Substitui a bandeira geral de “Estados Unidos da Europa” pela “República Soviética Europeia”.

A análise que Trotsky realiza meticulosamente em torno à orientação do governo provisório sobre a guerra e à falácia das posições pequeno-burguesas sobre a paz sem anexação põe à luz da história a necessidade do proletariado encarnar o programa da revolução social, por meio do qual tem como responder e desenvolver uma linha de independência diante do militarismo imperialista, perante o qual capitulam todas as frações da burguesia.

Os documentos que analisamos contribuem para a confirmação da justeza da luta dos bolcheviques, sob a direção de Lênin, pelo programa que correspondia à paz sem anexação nas condições da Primeira Guerra Mundial.

É importante assinalar que a confluência de Trotsky com Lênin no terreno das respostas à guerra o permitiu ingressar no Partido Bolchevique. E a experiência realizada pela vanguarda revolucionária comprovou que a bandeira de paz sem anexação passou a ser um patrimônio da classe operária, e de nenhuma outra classe.



PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL

R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR



LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$40

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

0 Programa de Transição da IV Internacional e a liquidação da URSS

Dando sequência ao estudo sobre a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), extraímos o ponto do Programa de Transição “A situação na URSS e as tarefas da época de transição”, redigido a 87 anos de nossos dias e 53 anos da queda da URSS, ocorrida em dezembro de 1991.

Entre as conquistas da Revolução Russa, destaca-se em primeiro plano o rompimento das cadeias de opressão de classe e nacional, que permitiu a edificação do Estado operário e da URSS. A libertação das nacionalidades submetidas ao Império Russo czarista possibilitou a vitória da revolução proletária e jogou um papel fundamental no enfrentamento à contrarrevolução interna e à intervenção imperialista.

O processo de restauração capitalista, que Trotsky caracterizou como Termidor soviético, em referência ao Termidor da Revolução Francesa – a contrarrevolução no seio da revolução –, foi combatido, sobretudo, pela Oposição de Esquerda e pela IV Internacional. A preservação da URSS e, portanto, do Estado Operário, dependia de o proletariado russo e internacional derrotar o Termidor.

Essa foi a questão de vida ou morte que levou Trotsky e seus camaradas a elaborarem o Programa de Transição e constituírem a nova Internacional. Esse embate se deu nas condições de profunda crise de direção, que indicava a maior probabilidade de a burocracia estalinista, revisionista do marxismo-leninismo, a impulsionar as forças restauracionistas e, finalmente, liquidar URSS.

Baseado em um rigoroso diagnóstico do surgimento e desenvolvimento da burocracia termidoriana, o Programa de Transição traz a seguinte constatação: “O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados Operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo”.

A Revolução de Outubro de 1917 expressou uma particularidade que é a constituição do Estado operário na forma de uma união de repúblicas soviéticas. Essa interligação intrínseca é reconhecida no Programa de Transição: “A União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado Operário”. A degeneração do Esta-

do Operário, portanto, da ditadura do proletariado em ditadura burocrática, levaria à destruição das bases sociais da URSS e, conseqüentemente, à sua liquidação. Essa formulação escrita a 53 anos da derrocada da URSS foi acompanhada do entendimento de que os perigos da contrarrevolução já estavam postos claramente. Eis: “A cada dia que passa sob sua dominação mais os elementos socialistas da economia são abalados e mais aumenta a possibilidade de uma restauração capitalista”. Essa constatação indica que a contrarrevolução restauracionista avançava em detrimento da luta da IV Internacional pela derrubada da burocracia e reconstrução da democracia soviética.

Trotsky, no Programa de Transição, como se pode ler abaixo, não se refere ao conceito de revolução política, mas se sabe que essa foi a diretriz estabelecida, nas condições em que permanecessem vigentes os fundamentos sociais da revolução socialista. Caso contrário, se colocaria uma “nova Revolução de Outubro”.

Seguindo o método de análise marxista exposto por Trotsky no seu estudo “A noventa anos do Manifesto Comunista”, em que demonstra a sua validade histórica depois de nove décadas, o Programa de Transição continua vigente. Para clarear nosso objetivo, reproduzimos a seguinte passagem, que diz respeito a aspectos do Manifesto que perderam a validade. Depois de afirmar que o Manifesto necessitava de correções e adendos, explica: “O pensamento revolucionário não tem nada em comum com a adoração de ídolos. Os programas e prognósticos se põem à prova e se corrigem à luz da experiência, que é o critério supremo da razão humana. O Manifesto também requer correções e adendos. Entretanto, como evidencia a experiência histórica, essas correções e adendos só podem ser feitos com êxito se se procede de acordo com o método que está na própria base do Manifesto”.

Não temos a pretensão de realizar uma análise geral do Programa de Transição e nem, portanto, de apresentar correções ou adendos. O objetivo é o de reconhecer o método científico que implica uma interdependência entre diagnóstico e prognóstico, por um lado, e que o prognóstico depende das forças sociais em choque, de forma que comparece como probabilidade, de outro.

O ponto “A situação na URSS e as tarefas da época de transição” deve ser considera-

do como uma particularidade histórica do programa mundial da classe operária, que se assenta nas experiências das revoluções, das conquistas e derrotas do proletariado, e na elaboração teórica e programática do marxismo-leninismo, das quais Trotsky tomou parte como organizador e combatente pelo desenvolvimento e triunfo da revolução internacional.

Constata-se que o prognóstico que consta do Programa de Transição se confirmou com a liquidação da URSS pela contrarrevolução gestada e levada a cabo pela burocracia estalinista, cuja oligarquia termidoriana se tornou um órgão do imperialismo. Segundo o Programa de Transição, o “novo auge da revolução da URSS começará sem nenhuma dúvida sob a bandeira de luta contra a desigualdade social e opressão política”. O que implicaria libertar os sindicatos e os comitês de fábrica, impondo à ditadura burocrática a liberdade de reunião, de imprensa, desenvolvendo a luta pelo renascimento e regeneração da democracia soviética.

Em continuidade, o Programa de Transição, conseqüentemente, estabelece como tarefa conquistar “a legalização dos partidos soviéticos”, reconstituir “o direito de controle da produção pelos comitês de fábrica”, de forma a realizar uma “revisão completa da economia planificada” e “reorganizar os kolkozos de acordo com a vontade e o interesse dos kolkozianos”.

Do ponto de vista da política exterior, o objetivo era o de acabar com a orientação estalinista do “socialismo em um só país” e substituí-la pela “política do internacionalismo proletário”. Diante dos Processos de Moscou, tratava-se de revisá-los, publicá-los e discuti-los livremente.

Esses pontos programáticos somente se realizariam com a derrubada revolucionária da burocracia. Caso contrário, não seria possível “regenerar o regime soviético e assegurar a marcha para o socialismo”.

Evidentemente, com a vitória da contrarrevolução restauracionista e a destruição da URSS, aspectos do Programa de Transição se acham superados. Uma “Nova Revolução de Outubro” está posta. O que exige a recuperação das experiências tanto da revolução proletária quanto da contrarrevolução restauracionista. A premissa fundamental do Programa de Transição de que “só o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à

insurreição” coloca para a vanguarda com consciência e classe e, em particular, ao CERQUI a tarefa de constituir os partidos marxista-leninista-trotskistas, aplicando à realidade nacional e internacional o Programa de Transição.

Em 1938, as seções da IV Internacional estavam diante do grande problema, que era o de se constituir no seio do pro-

letariado e desenvolver a luta de classes no sentido da revolução mundial e da defesa das conquistas da Revolução Russa. Hoje, a vanguarda está diante de um profundo retrocesso, previsto como possibilidade no Programa de Transição, que assinala a gravidade da crise de direção. A IV Internacional foi dissolvida e estilhaçada em inúmeras organizações centristas, que aban-

donaram a tarefa de aplicar o Programa de Transição. O CERQUI se justifica diante da necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Abaixo publicamos o ponto programático sobre o lugar da URSS na crise mundial do capitalismo e o processo de burocratização do Estado operário.

A situação na URSS e as tarefas da época de transição

A União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado Operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária do desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. O aparelho do Estado Operário sofreu, entretanto, uma degenerescência completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado Operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada toda poderosa são a refutação mais convincente - não somente teórica, mas prática da teoria do socialismo em um só país.

Assim, o regime da URSS contém em si contradições ameaçadoras. Mas continua a ser um regime de Estado operário degenerado. Tal é o diagnóstico social...

O prognóstico político tem um caráter de alternativa: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados Operários, destrói as novas formas de propriedade e lança o país no capitalismo; ou a classe operária esmaga a burocracia e abre uma via para o socialismo.

Para as seções da IV Internacional, os processos de Moscou não são uma surpresa, nem o resultado da demência pessoal do ditador do Kremlin, mas os legítimos produtos do Termidor. Resultam de fricções intoleráveis existentes no interior da burocracia soviética, fricções que, por sua vez, refletem as contradições entre a burguesia e o povo e, também, nos antagonismos que se aprofundam no interior do próprio “povo”. O “fantástico” sangrento dos processos mostra a que ponto se agudizaram as contradições e anuncia assim a aproximação do desenlace.

As declarações públicas de antigos dirigentes do Kremlin no estrangeiro, que recusaram voltar a Moscou, confirmaram irrefutavelmente, à sua maneira, que, no seio da burocracia, existem todos os matizes do pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (Reiss) até o fascismo completo (Th. Boutenko). Os elementos revolucionários da burocracia, que constituem uma ínfima minoria, refletem, passivamente, é certo, os interesses socialistas do proletariado. Os elementos fascistas, contrarrevolucionários, cujo número aumenta sem cessar, exprimem de maneira cada vez mais consequente os interesses do imperialismo mundial. Esses candidatos ao papel de “compradores” pensa, não sem razão, que a nova camada dirigente só pode assegurar as suas posições privilegiadas renunciando à nacionalização, à coletivização e ao monopólio do comércio exterior em nome da assimilação da “civilização

ocidental”, isto é, do capitalismo. Entre esses dois polos dividem-se tendências intermediárias, mais ou menos vagas, de caráter menchevique, socialista revolucionário ou liberal, que gravitam em torno da democracia burguesa.

Na própria sociedade dita “sem classes” existem, sem dúvida, os mesmos grupos que na burocracia, mas com uma expressão menos clara e em proporção inversa: as tendências capitalistas conscientes, próprias sobretudo da parte favorecida dos Kolkhozianos, são a característica de uma ínfima minoria da população. Mas encontram uma larga base nas tendências pequeno-burguesas à acumulação pessoal, que nascem da miséria geral e que a burguesia encoraja conscientemente.

Coroando esse sistema de antagonismos crescentes que destroem cada vez mais o seu equilíbrio social, procura se manter, por métodos de terror, uma oligarquia terrível na que, agora, se reduz sobretudo à camarilha bonapartista de Stalin.

Os últimos processos foram um golpe para a esquerda. Também isto é verdadeiro em relação à repressão contra os chefes da oposição de direita, pois, do ponto de vista dos interesses e das tendências da burocracia, o grupo de direita do velho partido bolchevique representava um perigo de esquerda. O fato da camarilha bonapartista, que teme também os seus aliados da direita, tipo Boutenko, ficar constangida, para assegurar o seu domínio, a recorrer à exterminação quase geral da velha geração de bolcheviques, é a prova indiscutível da vitalidade das tradições revolucionárias nas massas e no seu descontentamento crescente.

Os democratas pequeno-burgueses do Ocidente, que ainda ontem aceitavam os processos de Moscou como moda de troca, repetem hoje, com insistência, que “na URSS não existe nem trotskismo nem trotskistas”. Não explicam, porém, porque é que toda a depuração se processa precisamente sob o signo da luta contra esse perigo. Se se toma o “trotskismo” como um programa acabado, e com maior razão como organização, o “trotskismo” é, sem dúvida, extremamente fraco na URSS. No entanto, a sua força invencível consiste em exprimir não somente a tradição revolucionária, mas também a oposição atual da classe operária russa. O ódio social dos operários pela burocracia - eis precisamente o que, para a camarilha do Kremlin, significa o “trotskismo”. Ela teme mortalmente, e com toda a razão, a confluência da revolta surda dos operários e da organização da IV Internacional.

A exterminação da velha geração dos bolcheviques e dos representantes revolucionários da média e nova gera-

ção destruiu ainda mais o equilíbrio político em favor da ala direita, burguesa, da burocracia e dos seus aliados no país. É daí, isto é, da ala direita, que se pode esperar, no próximo período, tentativas cada vez mais resolutas para reconstruir o regime social da URSS, aproximando-o da “civilização ocidental”, na sua forma fascista.

Esta perspectiva torna bastante concreta a questão da “defesa da URSS”. Se amanhã o grupo burguês-fascista ou, por assim dizer, a “fração Boutenko”, entrar na luta para a conquista do poder, a “fração Reiss” tomará inevitavelmente o seu lugar no lado oposto da barricada. Encontrando-se momentaneamente aliada a Stalin, defenderá, bem entendido, não a camarilha bonapartista deste, mas a base social da URSS, isto é, a propriedade arrancada aos capitalistas e estatizada. Se a “fração Boutenko” está aliada a Ritier, a “fração Reiss” defenderá a URSS contra a intervenção militar, tanto no interior da URSS como na arena mundial. Qualquer outra conduta seria uma traição.

Assim, se não é possível negar de antemão a possibilidade, em casos estritamente determinados, de uma “frente única” com a parte termidoriana da burocracia contra a ofensiva aberta da contrarrevolução capitalista, a principal tarefa na URSS continua a ser a derrubada da própria burocracia termidoriana. A cada dia que passa sob sua dominação mais os elementos socialistas da economia são abalados e mais aumenta a possibilidade de uma restauração capitalista. É também no mesmo sentido que age a Internacional “Comunista”, agente e cúmplice da camarilha estalinista no estrangulamento da revolução espanhola e na desmoralização do proletariado internacional.

Do mesmo modo que nos países fascistas, a principal força da burocracia não reside em si própria, mas no desencorajamento das massas, na ausência de uma perspectiva nova. Do mesmo modo que nos países fascistas, cujo aparelho político não se distingue em nada do de Stalin, a não ser por um maior descaramento, só é atualmente possível na URSS um trabalho preparatório de propaganda. Do mesmo

modo que nos países fascistas, o impulso para o movimento revolucionário dos operários soviéticos será motivado, provavelmente, pelos acontecimentos exteriores. A luta contra a Comintern na arena mundial constitui atualmente a parte mais importante da luta contra a ditadura estalinista. Muitas coisas levam a acreditar que a desagregação do Comintern, que não tem apoio direto na GPU, precederá a queda da camarilha bonapartista e de toda a burocracia termidoriana em geral.

O novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida, sob a bandeira da luta contra a desigualdade social e a opressão política. Abaixo os privilégios da burocracia! Abaixo o stakhanovismo! Abaixo a aristocracia soviética com as suas graduações e condecorações! Uma maior igualdade no salário de todas as formas de trabalho!

A luta pela liberdade dos sindicatos e dos comitês de fábrica, pela liberdade de reunião e de imprensa, desenvolver-se-á em luta pelo renascimento e o alargamento da democracia soviética.

A burocracia substituiu os Sovietes, enquanto órgãos de classe, pela ficção do sufrágio universal, no estilo Hitler-Goebbels. É preciso restituir aos Sovietes não só a sua livre forma democrática, mas também o seu conteúdo de classe. Assim como anteriormente a burguesia e os Kulaks não eram admitidos nos Sovietes, agora a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsos dos soviets. Nos Sovietes, apenas há lugar para os representantes dos operários, dos kolkozianos do “grupo” camponês e dos soldados vermelhos.

A democratização dos Sovietes é inconcebível sem a legalização dos partidos soviéticos. Os próprios operários e camponeses através da votação livre mostrarão quais são os partidos soviéticos.

Revisão da economia planificada de alto a baixo, visando os interesses dos produtores e aos consumidores! Os comitês de fábrica devem recuperar o direito de controle sobre a produção. A cooperação para o consumo, democraticamente organizada, deve controlar a quantidade dos produtos e os seus preços.

Reorganização dos kolkozos de acordo com a vontade dos kolkozianos e de acordo com os seus interesses!

A política internacional conservadora da burocracia deve dar lugar à política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência diplomática do Kremlin deve ser publicada. Abaixo a diplomacia secreta!

Todos os processos políticos instaurados pela burocracia termidoriana devem ser revistos, sendo condições necessárias uma publicidade completa e um livre exame. Os organizadores de falsificações devem receber o castigo merecido.

É impossível realizar este programa sem a derrubada da burocracia, que se mantém pela violência e a falsificação. Só o levantamento revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar a marcha do socialismo. Só o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à insurreição.

Abaixo a camarilha burocrática de Caim-Stalin!

Viva a democracia soviética!

Viva a revolução socialista internacional!

BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Nº 39 | ABRIL DE 2025

Documentos da V Conferência do CERQUI

Resposta à crise na Síria
Manifesto contra o genocídio do povo palestino
Resposta proletária à paz do imperialismo norte-americano.
Por uma paz sem anexação

Memória Eterna ao camarada Miguel Lora!

Versão em Português
Nº 39 | ABRIL DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org